



**Centro Universitário de Brasília - UniCEUB**  
**Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais-FAJS**

**ANA PAULA DUMONT DE OLIVEIRA**

**O EFEITO SUSPENSIVO NO RECURSO DE APELAÇÃO:  
COMPREENSÃO DOUTRINÁRIA À LUZ DOS PRINCÍPIOS  
DA CELERIDADE E EFETIVIDADE**

**Brasília**  
**2014**

**ANA PAULA DUMONT DE OLIVEIRA**

**O EFEITO SUSPENSIVO NO RECURSO DE APELAÇÃO:  
COMPREENSÃO DOUTRINÁRIA À LUZ DOS PRINCÍPIOS  
DA CELERIDADE E EFETIVIDADE**

Monografia apresentada como requisito  
para conclusão do curso de bacharelado  
em Direito do Centro Universitário de  
Brasília – UniCEUB.

Orientador: Profº João Ferreira Braga.

**Brasília  
2014**

**ANA PAULA DUMONT DE OLIVEIRA**

**O EFEITO SUSPENSIVO NO RECURSO DE APELAÇÃO:  
COMPREENSÃO DOUTRINÁRIA À LUZ DOS PRINCÍPIOS  
DA CELERIDADE E EFETIVIDADE**

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais  
Monografia apresentada como requisito  
para conclusão do curso de bacharelado  
em Direito do Centro Universitário de  
Brasília – UniCEUB.  
Orientador: Profº João Ferreira Braga.

Brasília, outubro de 2014.

Banca Examinadora

---

Profº João Ferreira Braga.  
Orientador

---

Examinador (a)

---

Examinador (a)

Dedico à minha mãe, minha rainha.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a Deus, que permitiu toda a caminhada até aqui.

Ao Professor, Mestre e Orientador João Ferreira Braga, que com muita paciência conduziu majestosamente este trabalho.

Ao meu amor, Iago Cardoso, que em todos os momentos esteve ao meu lado.

## **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o efeito suspensivo no recurso de apelação e suas implicações em relação ao princípio da celeridade e da efetividade processual.

Buscou-se analisar a problemática à luz da compreensão doutrinária e das modificações trazidas pela proposta do novo Código de Processo Civil. Para tanto, desmembrou-se o estudo em quatro tópicos distintos, divididos em quatro capítulos.

O capítulo 1 traz a conceituação dos princípios mencionados, bem como analisa o princípio da instrumentalidade do processo e, ainda, busca entender as funções do processo e seu alcance e aplicação. Divide-se em: análise dos escopos do processo; função política e instrumental; conceituação do princípio da celeridade e da efetividade, e; por fim, apresenta-se o estudo acerca das impressões do modelo atual do processo em face da celeridade e da efetividade.

O capítulo 2 tem como objetivo conceituar, em linhas gerais, o recurso de apelação e todas as suas especificidades, trazendo ao conhecimento não só o conceito, como também o cabimento, os requisitos de admissibilidade, a legitimidade, prazo para interposição, efeitos em que é recebido o recurso apelatório e a possibilidade do juízo de retratação.

No capítulo 3, desenvolveu-se a problemática suscitada, aprofundando o estudo quanto ao entendimento doutrinário acerca da aplicação do efeito suspensivo como meio de propiciar, ou não, celeridade e efetividade ao processo. Ademais, desenvolve-se também a análise da relação entre o efeito suspensivo e os princípios do duplo grau de jurisdição, efetividade e celeridade. Apresentam-se por fim as possibilidades de manipulação do efeito suspensivo, a possível supressão desse efeito e seus benefícios ou prejuízos e, ao final, traz-se a jurisprudência acerca da manipulação do efeito suspensivo no sistema recursal vigente.

Ao fim e ao cabo, no capítulo 4 do presente trabalho, examina-se a disciplina proposta pelo Projeto do Código de Processo Civil, atualmente em tramitação no Senado Federal, no que tange à aplicação do efeito suspensivo no recurso de apelação.

Palavras-Chave: Direito Processual Civil. Apelação. Efeito Suspensivo. Celeridade. Efetividade.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 O PROCESSO E A SUA EFETIVIDADE: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO CONCEITO DE INSTRUMENTALIDADE, À LUZ DA TEMÁTICA PROPOSTA .....</b>	<b>11</b>
1.1 Os escopos do processo .....	13
1.1.1 <i>A função política .....</i>	<i>13</i>
1.1.2 <i>A função instrumental .....</i>	<i>15</i>
<b>1.2 A consumação dos fins do processo e princípios relacionados à instrumentalidade .....</b>	<b>18</b>
1.2.1 <i>Princípio da celeridade .....</i>	<i>19</i>
1.2.2 <i>Princípio da efetividade .....</i>	<i>21</i>
<b>1.3 Impressões acerca do modelo atual do processo, no estágio recursal: é possível definir a atividade processual como célere e efetiva, a partir do seu modelo atual? .....</b>	<b>23</b>
<b>2 DO RECURSO DE APELAÇÃO .....</b>	<b>26</b>
2.1 Conceito .....	26
2.2 Cabimento .....	28
2.3 Legitimidade e interesse para recorrer .....	29
2.4 Prazo .....	31
2.5 Juízo de admissibilidade .....	33
2.6 Efeitos do recurso .....	37
2.7 Juízo de retratação .....	40
2.8 Considerações finais acerca do recurso de apelação .....	41
<b>3 DO EFEITO SUSPENSIVO: A COMPREENSÃO DOUTRINÁRIA E A HERMENÊUTICA FORMADA PELOS TRIBUNAIS À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM VIGOR .....</b>	<b>43</b>
<b>3.1 Embates doutrinários a respeito da manutenção do efeito suspensivo no direito brasileiro .....</b>	<b>44</b>
3.1.1 <i>Efeito suspensivo: compreensão à luz das premissas doutrinárias .....</i>	<i>44</i>
3.1.2 <i>Efeito suspensivo e o princípio do duplo grau de jurisdição .....</i>	<i>51</i>
3.1.3 <i>Efeito suspensivo e o princípio da efetividade processual .....</i>	<i>56</i>
<b>3.2 A previsão normativa no Código de Processo Civil em vigor .....</b>	<b>60</b>
3.2.1 <i>Hipóteses legais de aplicação do efeito suspensivo, no campo da apelação: deveria o legislador estipular as hipóteses de aplicação? .....</i>	<i>60</i>
3.2.2 <i>O efeito suspensivo e sua manipulação .....</i>	<i>64</i>
3.2.3 <i>Instrumentos hábeis à obtenção do efeito suspensivo, nos casos em que não há previsão expressa da legislação .....</i>	<i>69</i>
<b>3.3 Linhas interpretativas estabelecidas pelos tribunais brasileiros: uma análise da jurisprudência .....</b>	<b>73</b>
<b>4 A VISÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A PROPOSTA DE NOVA APLICAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO NO RECURSO DE APELAÇÃO .....</b>	<b>77</b>



**CONCLUSÃO .....81**

## INTRODUÇÃO

Em princípio, importa esclarecer o objetivo do estudo que será desenvolvido, qual sua abrangência e qual a importância da problemática que será enfrentada neste trabalho.

Inicialmente, pode-se afirmar que o tema que será abordado já é alvo de debates e divergências doutrinárias de longas datas em que os processualistas fundamentam em sentidos diversos quanto à aplicação do efeito suspensivo no recurso de apelação.

A divergência, como restará demonstrada no desenvolvimento deste trabalho, iniciou-se quando parte da doutrina, ao constatar a “crise no sistema recursal”<sup>1</sup> apontou, como uma das soluções possíveis, a supressão do efeito suspensivo no recurso de apelação.

A crise, à qual os doutrinadores se referem é constatação evidente no modelo atual utilizado pelo Código de Processo Civil de 1973. Pode-se afirmar, com segurança, que o Poder Judiciário tem enfrentado diversos problemas, alguns deles serão apresentados aqui, a exemplo da falta de efetividade e celeridade da prestação jurisdicional e a descrença dos jurisdicionados no Poder Judiciário.

O presente trabalho, portanto, será desenvolvido inicialmente com a apresentação dos conceitos de princípio da celeridade e da efetividade processual e, por conseguinte, a importância do processo para a solução dos conflitos sociais, bem como buscará aclarar a função política e instrumental do processo.

Será destinado um capítulo próprio para tratar do recurso de apelação, com o objetivo de tecer o conceito e as linhas gerais do cabimento e da adequação do referido recurso no sistema disciplinado pelo Código de Processo Civil de 1973.

---

<sup>1</sup> GRECO, Leonardo. A falência do sistema de recursos. **Revista dialética de direito processual**, n. 1, p. 93-108, abr. 2003.

Feitas as explanações introdutórias será examinado, com maior vagar, as questões relativas à aplicação do efeito suspensivo no recurso de apelação, o entendimento doutrinário, as propostas de manipulação do efeito suspensivo e a relação da aplicação do referido efeito com os princípios da celeridade e efetividade.

O estudo, portanto, investigará qual a relevância da aplicação do efeito suspensivo para o atravancamento da prestação da tutela do Estado-Jurisdição e, se a supressão deste efeito poderá influir na maior celeridade das respostas emanadas pelo Poder Judiciário.

Alguns doutrinadores, como será demonstrado neste trabalho, acreditam que a inexistência do efeito suspensivo no recurso de apelação reduzirá a quantidade de recursos protelatórios, propiciará maior efetividade e celeridade da prestação da tutela jurisdicional.

Importante relatar que, com o desenvolvimento do Projeto do Novo Código de Processo Civil, o tema que já não era enfrentado com tanto furor pelos doutrinadores, veio à tona novamente, já que o novo código propõe alterações relevantes quanto à aplicação do efeito suspensivo no recurso de apelação.

A proposta do Novo Código de Processo Civil será apresentada neste trabalho, com o fim de demonstrar que as indagações e críticas da doutrina em relação à aplicação do efeito suspensivo, como regra, ao recurso de apelação serão postas em prática pelo novo projeto.

Assim, o Novo Código de Processo Civil promete maior celeridade e efetividade das decisões judiciais e, o instituto do efeito suspensivo do recurso de apelação foi alvo de modificações para alcançar o objetivo maior, qual seja maior eficiência do Poder Judiciário.

Não há como assegurar que a nova disciplina proposta pelo projeto do Código de Processo Civil logrará êxito em proporcionar a diminuição dos recursos protelatórios e a maior celeridade da prestação jurisdicional, porém, pode-

se afirmar que é tentativa de solucionar problemas apontados há tempos pela doutrina.

José Joaquim Calmon de Passos, ao dissertar acerca da problemática da celeridade e da efetividade da prestação jurisdicional, e das soluções teóricas apresentadas pela doutrina dispôs:

[...] o problema do sufoco em que vive o Poder Judiciário, dado o inadequado, antidemocrático e burocratizante modelo de sua institucionalização constitucional. A pergunta que cumpria fosse feita – quais as causas reais dessa crise? – jamais foi formulada. Apenas se indagava – o que fazer para nos libertarmos da pletora de feitos e de recursos que nos sufoca? E a resposta foi dada pela palavra mágica **instrumentalidade**, a que se casaram outras palavras mágicas: **celeridade, efetividade, desformalização**, etc. E assim, de palavra mágica em palavra mágica, ingressamos num processo de produção do direito que corre risco de se tornar prestidigitação. Não nos esqueçamos, entretanto, que todo espetáculo de mágica tem um tempo de duração e a hora do desencantamento.<sup>2</sup>

Diante do introito apresentado, resta justificado a importância do estudo que será desenvolvido, haja vista que transformações estão por vir e muito há que se debater acerca da aplicação do efeito suspensivo no recurso de apelação e suas implicações no sistema recursal.

---

<sup>2</sup> PASSOS, José Joaquim Calmon de. Instrumentalidade do processo e devido processo legal. **Revista de direito processual civil**, n. 18, p. 723-732, out./ dez. 2000. Grifo do autor.

## 1 O PROCESSO E A SUA EFETIVIDADE: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO CONCEITO DE INSTRUMENTALIDADE, À LUZ DA TEMÁTICA PROPOSTA

Em primeiro lugar, para que se possa desenvolver o estudo sobre o tema proposto, importante trazer ao conhecimento a noção de que o Estado, com o fim de regular as relações sociais entre indivíduos de uma sociedade, assumiu a responsabilidade de tutelar os conflitos entre as pessoas, e, assim, consolidou-se o poder jurisdicional.

Importante, neste ponto, salientar que o Estado ao incumbir-se de prestar a jurisdição, proibindo a dita “justiça com as próprias mãos”, assumiu também os deveres de prestar uma jurisdição justa, eficiente, eficaz e diversas outras obrigações que, em momento oportuno, algumas delas, serão apresentadas.

Em outras palavras, o Estado comprometeu-se a prestar a tutela jurisdicional de forma a solucionar os conflitos havidos entre os indivíduos de modo a proporcionar segurança, justiça e efetividade na resolução das lides trazidas ao Poder Judiciário.

Terminada a breve explanação acerca dos deveres assumidos pelo Estado-Jurisdição, busca-se apresentar como o Poder Judiciário tutela os conflitos entre as pessoas e, para tanto, requer-se a demonstração da relação entre processo e efetividade, já que, como há muito discutido entre juristas, “pode-se admitir que o objetivo do processo seja, efetivamente, a composição da lide, mas não qualquer composição, e sim a justa composição.”<sup>3</sup>

Sendo assim, “o processo é instrumento de atuação do direito frente às situações litigiosas, valendo, por isso, como real veículo de manutenção da paz social almejada pela ordem jurídica.”<sup>4</sup>

O processo, portanto, necessita da noção de instrumentalização, ou seja, mecanismos que permitam que o processo traga eficácia ao direito material. Em outros termos, pode-se dizer que o processo necessita de regras de

---

<sup>3</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Direito e processo**: direito processual civil: aprimoramento e modernização do Direito Processual. Rio de Janeiro: Aide, 1997. p. 23. v. 5.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 23.

procedimentalização para que possa alcançar seu fim último, qual seja a de prestar a jurisdição de forma efetiva aos indivíduos.

Nesse sentido, “o princípio da instrumentalidade mantém o processo preocupado com a lógica do procedimento e sua celeridade, mas também busca ser mais acessível, mais público e mais justo.”<sup>5</sup>

A efetividade, como se verá a seguir, é entendida de forma múltipla, não se resumindo a uma tutela rápida ou uma tutela justa. Pode-se dizer que a tutela efetiva é aquela que fornece aos tutelados, a solução do conflito, no tempo e no modo que melhor se encaixe ao caso concreto.

Feitas as considerações introdutórias, passa-se a analisar as proposições dos processualistas, que ao se depararem com um excesso de formalismo e com a pouca efetividade da tutela jurisdicional, buscam, incansavelmente, cambiar alguns procedimentos adotados no Processo Civil, para tentar trazer ao processo maior efetividade.

É fato que propor novas doutrinas e procedimentos a um sistema aparentemente consistente não é tarefa fácil, visto que, como será apresentado, há que se conciliar segurança jurídica, efetividade e celeridade na prestação da tutela jurisdicional.

Outrossim, como afirmou Luiz Guilherme Marinoni:

A questão da efetividade do processo, pois, obrigou o processualista a pensar sobre tutelas jurisdicionais diferenciadas, isto é, tutelas adequadas às particularidades das situações de direito substancial.<sup>6</sup>

Neste ponto, importantes as considerações desenvolvidas por José Roberto dos Santos Bedaque que, ao refletir sobre a dinâmica do processo, afirmou:

---

<sup>5</sup> PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 49.

<sup>6</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Efetividade do processo e tutela de urgência**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1994. p. 37.

Ao mesmo tempo em que estabelece requisitos quanto à forma dos atos processuais e outros relativos aos próprios sujeitos do processo, preocupa-se o Código em evitar que vícios concernentes à técnica processual impeçam seja alcançado o escopo para o qual esse mecanismo foi instituído.<sup>7</sup>

Diante das afirmativas até o momento apresentadas, pode-se concluir que o processo é instrumento por meio do qual o Estado exerce seu poder jurisdicional a fim de solucionar conflitos sociais. Ademais, pode-se afirmar também que o processo é o meio pelo qual o indivíduo alcança a solução das controvérsias. Ao final, pode-se afirmar, que a instrumentalidade surge como meio a organizar e estruturar o desenvolvimento do processo a fim de assegurar a efetividade e a segurança da prestação jurisdicional e de conectar o processo ao direito material.

Em sequência, faz-se necessária a apresentação dos princípios relacionados com o debate proposto, já que se está a questionar a regra processual de aplicação do efeito suspensivo no recurso de apelação, na busca de entender se tal instituto é compatível com os princípios norteadores do processo civil e se a aplicação da regra contribui para a efetividade da tutela jurisdicional.

Por fim, para compreender melhor o debate desenvolvido, essencial se faz a análise dos escopos do processo, já que “o processo deve cumprir seus escopos jurídicos, sociais e políticos, garantindo pleno acesso ao Judiciário, utilidade dos procedimentos e efetiva busca da justiça no caso concreto.”<sup>8</sup>

## 1.1 Os escopos do processo

### 1.1.1 A função política

Em princípio, pode-se dizer que o Estado “exerce o seu poder para a solução de conflitos interindividuais. O poder Estatal, hoje, abrange a capacidade de dirimir conflitos que envolvem as pessoas”.<sup>9</sup> Em outras palavras, o Estado

---

<sup>7</sup> BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do processo e técnica processual**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 44.

<sup>8</sup> PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 48.

<sup>9</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 30.

Democrático de Direito, possui o poder-dever de prestar a jurisdição aos indivíduos da sociedade.

Desse modo, e para a melhor compreensão da função política do processo, é correto afirmar que o Estado desenvolveu mecanismos, incluindo, neste sentido, o processo e os procedimentos, para que os indivíduos alcancem a resposta que aguardam da prestação da tutela jurisdicional.

Nesse sentido, pode-se dizer que a função política do processo nada mais é que a possibilidade do cidadão alcançar os direitos sociais garantidos pelo Estado, bem como o acesso a tutela justa dos conflitos particulares, enquanto o Estado tem o dever e o poder de proporcionar aos tutelados tal acesso.

Assim, é possível afirmar que “o processo, dessa forma, cumpre sua finalidade de possibilitar ao cidadão a concretização dos direitos sociais que a ordem jurídica lhe prometeu.”<sup>10</sup> Outrossim, nas palavras de Portanova, “o escopo político do processo toca mais ao mérito. Vai tratar da abertura do processo para, superando esquemas puramente formais, tratar – em seu interior- de temas substanciais”.<sup>11</sup>

Finalmente, insta trazer as considerações de Vicente Greco Filho que de forma clara resume o conceito de função política do processo:

[...] o processo autêntico surgiu quando o Estado, proibindo a justiça privada, avocou para si a aplicação do direito como de interesse público em si mesmo e, além disso, estruturando o sistema de direitos e garantias individuais, interpôs os órgãos jurisdicionais entre a Administração e os direitos dos cidadãos, tornando-se, então, o Poder Judiciário um poder político, indispensável ao equilíbrio social e democrático, e o processo um instrumento dotado de garantias para assegurá-lo.<sup>12</sup>

Para o autor supramencionado, o sistema processual brasileiro é eminentemente político, haja vista que o sistema processual prevê a possibilidade da

---

<sup>10</sup> PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 33.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>12</sup> GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 8. v. 1.



participação popular nas ações do Estado por meio da Ação Popular.<sup>13</sup> Ademais, Ada Pellegrini Grinover, cita como exemplos da função política do processo “a preservação do valor da liberdade, a oferta de meios de participação nos destinos da nação e do Estado e a preservação do ordenamento jurídico e da própria autoridade deste”.<sup>14</sup> Ou seja, para a doutrina, as possibilidades de controle e de intervenção das ações do Estado por meio do processo caracterizam a função política deste.

Em síntese, a doutrina atribui ao processo um caráter político no sentido de que possibilita aos indivíduos e a outros órgãos (Ministério Público, por exemplo), inclusive ao próprio judiciário, o acesso à tutela jurisdicional e assegura os direitos garantidos pelo Estado Democrático de Direito, bem como, possibilita o controle e a participação sociais dos entes da sociedade nas ações do Estado.

#### *1.1.2 A função instrumental*

De início, a fim de conceituar a função instrumental do processo, em linhas gerais, pode-se dizer que a função instrumental é, pois, a articulação do processo e de suas regras formais para a viabilização da melhor aplicação do direito material. É dizer que o processo deve não só adequar-se à forma preestabelecida de desenvolvimento, deverá também preocupar-se em trazer eficácia à tutela jurisdicional.

Essencial, para inaugurar a conceituação da função instrumental do processo, trazer as considerações feitas por Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco que explicam que a instrumentalidade do processo é a “relação que liga a ordem jurídico-material”<sup>15</sup>, entendendo o processo como meio de atingir todos os escopos do processo. “Falar da instrumentalidade nesse sentido positivo, pois, é alertar para a necessária efetividade do processo.”<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 32.

<sup>14</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 30.

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 30.

Para sintetizar, apresenta-se o conceito trazido por Elpídeo Donizetti que dissertou:

De acordo com o princípio da instrumentalidade, o ato processual que alcançar a finalidade para o qual foi elaborado será válido, eficaz e efetivo, mesmo que praticado por forma diversa da estabelecida em lei, desde que não traga prejuízo substancial à parte adversa. O que importa para o processo é que o ato atinja o escopo almejado, ainda que não tenha obedecido a todos os requisitos formais de validade.<sup>17</sup>

Pode-se afirmar, nesse sentido, que a função instrumental do processo diz respeito ao alcance da finalidade do processo, é a eficácia do processo utilizado como ferramenta para a consecução dos objetivos do instrumento.

Humberto Theodoro Júnior explica:

[...] diante da violação ou ameaça a um direito material subjetivo, o direito processual acha-se estruturado de tal forma que possa disponibilizar um procedimento (ou diversos procedimentos) adequado para realizar uma tutela efetiva e não meramente formal ao respectivo titular.<sup>18</sup>

Dessa forma, sobre o tema, abordando o assunto da instrumentalidade das formas, Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery acrescentam:

O Código adotou o princípio da instrumentalidade das formas, segundo o qual que importa é a finalidade do ato e não ele em si mesmo considerado. Se puder atingir sua finalidade, ainda que irregular na forma, não se deve anulá-lo.<sup>19</sup>

Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery explicam que o Código de Processo Civil, ao adotar o princípio da instrumentalidade, optou por valorizar a finalidade do processo em detrimento da rigidez das formas. Assim, o mencionado princípio traz ao processo a possibilidade de relativizar as formalidades

---

<sup>17</sup> DONIZETTI, Elpídeo. **Curso didático de direito processual civil**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

<sup>18</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Novos rumos do direito processual civil: efetividade da jurisdição e classificação das ações; ação executiva lato sensu, tutela de urgência. **Revista dialética de direito processual**, n. 26. p. 20-63, maio 2005.

<sup>19</sup> NERY JÚNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 618-620.

com o fim de alcançar o escopo principal do processo que é a prestação jurisdicional.

Os autores supramencionados, Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery, continuam suas considerações sobre o tema e explicam que:

Juiz deve desapegar-se do formalismo, procurando agir de modo a propiciar às partes o atingimento da finalidade do processo. Mas deve obedecer às formalidades do processo, garantia do estado de direito.<sup>20</sup>

Cândido Rangel Dinamarco<sup>21</sup> discorre a respeito da característica instrumental do processo. Explica o autor que o processo como instrumento de satisfação do direito material não pode ser um fim em si mesmo, de outra sorte restaria esvaziado o sentido da existência de tal instrumento.

Insta trazer à colação o texto de Cândido Rangel Dinamarco que dispôs:

É vaga e pouco acrescenta ao conhecimento do processo a usual afirmação de que ele é um instrumento, enquanto não acompanhada da indicação dos objetivos a serem alcançados mediante o seu emprego. Todo instrumento, como tal, é meio; e todo meio só é tal e se legitima, em função dos fins a que se destina. O raciocínio teleológico há de incluir então, necessariamente, a fixação dos escopos do processo, ou seja, dos propósitos norteadores da sua instituição e das condutas dos agentes estatais que o utilizam.<sup>22</sup>

Apesar das considerações abarcadas a respeito da instrumentalidade do processo, muito se discute entre os processualistas sobre as formalidades existentes no sistema processual vigente (Código de Processo Civil de 1973). A questão circunda principalmente a escolha do legislador ao adotar algumas formalidades que, parte da doutrina, entende como prejudiciais a finalidade do processo. É o caso, como se verá a seguir, do efeito suspensivo no recurso de

---

<sup>20</sup> NERY JÚNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 618-620.

<sup>21</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

<sup>22</sup> Ibidem.

apelação, adotado como regra no sistema processual, porém questionado pela doutrina sobre seus reais benefícios ao bom andamento do processo.

## 1.2 A consumação dos fins do processo e princípios relacionados à instrumentalidade

Como dito alhures, a instrumentalidade do processo pode ser entendida como a necessidade de dar ao processo real eficácia e efetividade. Sendo assim, é possível atribuir à função instrumental do processo a capacidade de tornar útil a prestação jurisdicional já que, de outra sorte, o processo estaria preso às formalidades estabelecidas sem preocupar-se com a finalidade da prestação jurisdicional que é a de tutelar os conflitos sociais.

Nas palavras de Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco:

Se o processo é um instrumento, não pode exigir um dispêndio exagerado com relação aos bens que estão em disputa. E mesmo quando não se trata de bens materiais deve haver uma necessária proporção entre fins e meios, para equilíbrio do binômio custo-benefício. É o que recomenda o denominado princípio da economia, o qual preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais.<sup>23</sup>

Humberto Theodoro Junior já tratou do tema em texto intitulado “*Direito e Processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental*” onde explicou, de forma clara, que o processo para ser instrumento apto a solucionar os conflitos dos jurisdicionados, deve ser célere, efetivo e sem formalidades exageradas. Assim, trouxe o entendimento de que:

O processo tem de viabilizar, tanto quanto possível, a decisão sobre o mérito das causas, evitando exacerbação das técnicas puramente formais, que, não raro, sacrificam ou prejudicam o julgamento do mérito.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

<sup>24</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. 51. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 31. v. 1.

### 1.2.1 Princípio da celeridade

Inicialmente, busca-se introduzir o presente tema com o conceito trazido pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXVIII que instituiu o princípio nos seguintes termos: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)”.<sup>25</sup>

Nesses termos, pode-se afirmar que o legislador preocupou-se em garantir às partes a duração razoável do processo sem que o pleito perdesse seu objetivo devido ao tempo de espera da resposta do Poder Judiciário.

Fato é que a tramitação do processo demanda tempo, haja vista a necessidade de produzir provas, ouvir testemunhas, assegurar o contraditório e a ampla defesa, porém, o que se pretende com o referido princípio é a garantia de uma duração razoável do processo.

Apresenta-se, neste momento, um questionamento apontado pela doutrina, já que o legislador não definiu o que seria a duração razoável do processo, ou seja, não foi determinado qual o prazo é considerado razoável, sendo portanto, um princípio vago, que permite interpretações diversas e, em que se torna difícil sua aplicação prática, já que há margem para considerações muito amplas sobre o tempo necessário para a duração do processo.

Neste ponto, importante expor o pensamento de Juvêncio Vasconcelos Viana que proclamou:

À guisa de norte para a conceituação buscada, é de se pensar, em termos genéricos, que aquela duração nem poderá ser tão ampla que comprometa a eficiência da prestação jurisdicional nem tão exígua que comprometa o exercício do contraditório da parte.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>26</sup> VIANA, Juvêncio Vasconcelos. Da duração razoável do processo. **Revista dialética de direito processual**, n. 34, p. 53-68, 2006.

Desse modo, e, considerando a ausência de prazo estipulado pelo legislador para a duração da tramitação de um processo, não há que se questionar a existência e importância do princípio ao sistema processual brasileiro. É que o referido princípio tem o objetivo de garantir a utilidade do processo, já que de nada adiantaria ver respeitadas todas as fases do processo se ao final a tutela não fosse mais necessária.

Na inteligência de Humberto Theodoro Júnior, interessa trazer à colação o trecho:

Não basta, outrossim, preocupar-se com a perseguição da solução de mérito, é indispensável que ela seja o quanto antes alcançada, evitando-se procrastinações incompatíveis com a garantia de pleno acesso à Justiça prometida pela Constituição.<sup>27</sup>

O princípio em comento, muitas vezes vai de encontro a outros princípios norteadores do processo, a exemplo do princípio da segurança jurídica e da ampla defesa. A quantidade de instrumentos recursais existentes no sistema processual brasileiro é questionada pelos doutrinadores que almejam um processo mais célere.

Nas palavras de Juvêncio Vasconcelos Viana:

[...] é antiquíssimo confronto: de um lado, segurança jurídica; de outro, resultados rápidos para o processo. Localizar o ponto de equilíbrio entre tais anseios é, ainda hoje, o grande desafio dos juristas e aplicadores do direito.<sup>28</sup>

Nesse sentido, é possível afirmar que a dilação excessiva da prestação jurisdicional é prejudicial ao sistema processual e as partes envolvidas na lide. Pode-se afirmar também, que a aplicação do princípio da celeridade ainda é motivo de discórdia entre os juristas que, em muitas vezes, sugerem diversas medidas possíveis para a maior celeridade dos procedimentos e ainda propõem

---

<sup>27</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 51. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 32. v. 1.

<sup>28</sup> VIANA, Juvêncio Vasconcelos. Da duração razoável do processo. **Revista dialética de direito processual**, n. 34, p. 53-68, 2006.

tentativas de conciliação com o princípio da segurança, porém, como se sabe, sem maiores efeitos práticos.

Por fim, com o intuito de relacionar o princípio com o tema proposto por este trabalho, importante ressaltar que, como se verá em momento oportuno, há questionamento da doutrina acerca da aplicação do efeito suspensivo no recurso de apelação, já que, para parte da doutrina, tal instituto permite recursos protelatórios, e, por consequência, provocam a mora da prestação da tutela jurisdicional de maneira excessiva e indevida. Assim, parte da doutrina questiona se tal regra processual está em desconformidade com o princípio da celeridade ora apresentado.

### 1.2.2 Princípio da efetividade

O princípio da efetividade preocupa-se com a prestação jurisdicional útil, eficaz e ao tempo e modo que melhor resolvam a contenda trazida ao Poder Judiciário. Traduz-se, em outras palavras, no dever de prestar a tutela adequada ao cidadão. Neste diapasão pode-se dizer que “a garantia em questão corresponde a uma efetiva e concreta tutela estatal ao titular de qualquer direito lesado ou ameaçado de lesão.”<sup>29</sup>

A fim de exprimir com mais clareza o conceito do princípio em questão, oportuno dizer que “a efetividade do processo compreende a plenitude das garantias processuais e uma resposta mais pronta, mais próxima no tempo de pedido de tutela e com maior capacidade de transformação real das coisas.”<sup>30</sup>

Ademais, indispensável trazer a compreensão de Teori Albino Zavascki acerca da efetividade do processo. Assim expõe:

O direito fundamental à efetividade do processo – que se denomina também, genericamente, *direito de acesso à justiça* ou *direito à ordem jurídica justa* – compreende, em suma, não apenas o direito de provocar a atuação do Estado, mas também e principalmente o de

---

<sup>29</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Direito e processo**: direito processual civil: aprimoramento e modernização do direito processual. Rio de Janeiro: Aide, 1997. p. 100. v. 5.

<sup>30</sup> BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do processo e técnica processual**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 49.

obter, em prazo adequado, uma decisão justa e com potencial de atuar eficazmente no plano dos fatos.<sup>31</sup>

Desse modo, pode-se dizer que as funções e princípios apresentados anteriormente relacionam-se na medida em que todos buscam alcançar um mesmo ideal: dar efetividade ao processo. O processo efetivo não é somente aquele que presta a tutela jurisdicional, é também aquele que o faz de forma célere (princípio da celeridade), de modo objetivo e com dinamismo, respeitando as formas preestabelecidas (função instrumental do processo) porém sem apegar-se ao formalismo e, sim ressaltando a necessidade de se prestar a tutela que satisfaça os anseios sociais.

Para finalizar, assim como no item anterior, com o fim de associar o princípio ora apresentado com o tema proposto neste trabalho, insta explicitar que parte da doutrina entende que a aplicação do efeito suspensivo no recurso de apelação, por suspender os efeitos imediatos da sentença e não permitir que a parte vencedora execute o disposto na decisão proferida, é regra processual que não se coaduna com o princípio da efetividade.

Nesse sentido, afirma a doutrina que a regra processual já mencionada, ao permitir que a parte vencedora aguarde por maior lapso temporal a decisão do recurso apelatório, estar-se-ia desprivilegiando o princípio da efetividade em favor do princípio da segurança. É que a parte vencedora, muitas vezes é obrigada a aguardar por prazo excessivamente longo o que poderia provocar a inutilidade da prestação jurisdicional.

Em resumo, pode-se dizer que os processualistas ao depararem-se com os princípios e fundamentos do processo civil e constatarem que, apesar da existência de todos os valores acima apregoados, tem-se a aplicação, com mais veemência, dos valores relacionados à segurança jurídica das decisões em detrimento da efetiva qualidade e utilidade da prestação da tutela, buscam dar maior espaço aos princípios que poderiam tornar o processo mais efetivo.

---

<sup>31</sup> ZAVASCKI, Teori Albino. **Antecipação da tutela**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 66.



Dessa forma, a doutrina debruça-se na esperança de encontrar soluções processuais para os problemas que o sistema apresenta, e assim, propõe mudanças, renovações e novas interpretações dos institutos existentes no sistema processual.

### **1.3 Impressões acerca do modelo atual do processo, no estágio recursal: é possível definir a atividade processual como célere e efetiva, a partir do seu modelo atual?**

Diante dos princípios processuais apresentados, bem como depois de aclarada a função do processo e dos procedimentos, a questão que se levanta é se o sistema adotado pelo Código de Processo Civil tem alcançado os escopos a que se propôs, e ainda, o que pensa a doutrina a este respeito.

Em primeiro lugar, não é novidade a discussão que se apresenta sobre os problemas do Poder Judiciário, principalmente quanto à morosidade da prestação jurisdicional e a pouca efetividade das decisões.

Boa parte da doutrina atribui, ao sistema recursal, o que denominam de “crise do Poder Judiciário” e apresentam críticas a excessividade de meios de impugnação e a ampla recorribilidade, o excesso de apreço ao formalismo e ainda as escolhas do legislador em alguns institutos de procedimentos processuais.<sup>32</sup>

Com o fim de trazer o entendimento da doutrina a respeito dos problemas do Poder Judiciário, interessante utilizar o artigo elaborado por Humberto Theodoro Junior que aduz:

De uma coisa, porém, ninguém discorda: a maior barreira para o encerramento mais rápido dos processos, a maior causa da quase eternização dos feitos em nossa justiça está no sistema recursal. Afirma-se, a todo instante, que inexistiria sistema pior do que o brasileiro no direito comparado; nem mesmo igual, pois a quantidade de recursos e a amplitude da possibilidade de manejá-los não encontra similar no direito de outros povos civilizados.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> A exemplo tem-se Leonardo Greco, Humberto Theodoro JÚNIOR, José Roberto dos Santos Bedaque, Nelson Nery JÚNIOR, Cassio Scarpinella Bueno entre outros.

<sup>33</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Os recursos civis e seus problemas. **Revista de direito processual civil**, n. 18, p. 688-710, out./ dez. 2000, Curitiba.

Leonardo Greco, em seu artigo publicado acerca da “falência do sistema de recursos” ao se referir aos motivos da crise do sistema recursal afirma:

[...] com um número excessivo de recursos, que possibilita ao vencido reiterar o exercício da jurisdição de modo quase interminável, retardando o desfecho dos processos, o cumprimento das decisões e o acesso do vencedor ao pleno gozo do seu direito. Aquele a quem interessa retardar o desfecho da causa [...] dispõe de um arsenal de meios de impugnação e, assim, os tribunais ficam cada vez mais congestionados, o mais forte protela o desrespeito ao direito do mais fraco e o Estado fracassa na tutela jurisdicional efetiva dos direitos dos cidadãos.<sup>34</sup>

Leonardo Greco continua suas observações e afirma que a crise do sistema recursal:

É fundamentalmente uma crise decorrente de três fatores: o excesso de meios de impugnação; a má qualidade e a falta de credibilidade das decisões dos tribunais; e a facilidade e as vantagens de recorrer, mesmo sem ter razão.<sup>35</sup>

Humberto Theodoro Júnior menciona a doutrina de Leonardo Greco e faz crítica ao sistema processual que:

Transformou o processo num fim em si mesmo e, na prática, não raras vezes, o tornou instrumento de protelação e embaraço indefinido e intolerável ao reconhecimento do direito material do litigante.<sup>36</sup>

Um dos pontos que se questiona no sistema recursal é o caso, como se verá adiante, do efeito suspensivo aplicado como regra aos recursos de apelação, sendo excetuadas apenas algumas hipóteses previstas pelo legislador.

Nesse sentido, Ricardo de Carvalho Aprigliano, ao criticar o sistema recursal brasileiro, em especial a regra de suspensividade aplicada ao recurso de apelação, expôs:

---

<sup>34</sup> GRECO, Leonardo. A falência do sistema de recursos. **Revista dialética de direito processual**, n. 1, p. 93-108, abr. 2003.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 93-108.

<sup>36</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Novos rumos do direito processual civil: efetividade da jurisdição e classificação das ações; ação executiva lato sensu, tutela de urgência. **Revista dialética de direito processual**, n. 26, p. 20-63, maio 2005.

[...] a interposição da apelação pode ocasionar um atraso de alguns anos na decisão da causa, o que certamente estimula inúmeros litigantes. É justamente essa utilização desvirtuada da apelação que se pretende eliminar mediante a técnica da supressão do efeito suspensivo como regra geral.<sup>37</sup>

Parte da doutrina entende que este instituto prejudica a prestação jurisdicional efetiva e célere já que recursos protelatórios são interpostos com o único objetivo de retardar o cumprimento da sentença prolatada em primeiro grau. Assim, diz-se que quando se suspende indevidamente os efeitos da sentença proferida por meio de um recurso protelatório detentor de efeito suspensivo, estar-se-ia em desconformidade com a função política do processo e com os princípios da celeridade e efetividade no sentido de que não cumpre o objetivo maior que é dar solução eficaz e efetiva a causa.<sup>38</sup>

Para finalizar este ponto do trabalho, importante destacar que os princípios apresentados relacionam-se com o questionamento da doutrina acerca deste instituto processual no que tange ao efeito suspensivo no recurso de apelação que a seguir, será exposto com maior ênfase.

---

<sup>37</sup> APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. **A apelação e seus efeitos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 316.

<sup>38</sup> Pode-se elencar Ricardo de Carvalho Aprigliano, Cassio Scarpinella bueno e Teresa Arruda Alvim Wambier, entre outros.

## 2 DO RECURSO DE APELAÇÃO

### 2.1 Conceito

A origem do recurso de apelação encontra-se alicerçada no Direito Romano e no Direito Canônico. Possuía função semelhante à que se utiliza nos sistemas recursais vigentes, ou seja, buscar-se uma nova solução para a demanda já decidida por um julgador. Em resumo trata-se de um pedido de novo julgamento.

No direito brasileiro, o Código de Buzaid, trouxe a aplicação deste recurso de forma ampla, tornando-o recurso por excelência, portanto corriqueiro e usual.<sup>39</sup> Sendo assim, pode-se afirmar que “a apelação é o recurso de primeiro grau mais abrangente de todos, pois é forma de impugnar sentenças”.<sup>40</sup>

O recurso de apelação é meio pelo qual se busca nova análise sobre o litígio, de modo que se possa reformar ou invalidar o primeiro julgamento ao qual a contenda foi submetida. Em outras palavras, o recurso de apelação traz a possibilidade de que a parte vencida submeta seus argumentos a outro órgão julgador visando cambiar o desfecho da lide.

Nesse diapasão, o recurso de apelação encontra-se como objeto por meio do qual se realiza a aplicação do princípio do duplo grau de jurisdição, ou seja, é um instrumento para a efetivação do referido princípio, porquanto permite a reanálise da demanda.

Nas palavras de José Carlos Barbosa Moreira:

As notas típicas da apelação, e sobretudo a oportunidade que ela em regra abre – mais do que qualquer outro recurso – ao exercício de ampla atividade cognitiva pelo órgão *ad quem*, permitem considerá-la como o principal instrumento por meio do qual atua o princípio do duplo grau de jurisdição.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. 51. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 31. v. 1.

<sup>40</sup> SANTOS, Ernane Fidelis dos. **Manual de direito processual civil: processo de conhecimento**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 1.

<sup>41</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao código de processo civil: arts. 476 a 565**. 17. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 407. v. 5.

O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio ínsito no ordenamento jurídico brasileiro e sua eficaz aplicação se dá por meio da possibilidade de interposição de recursos.

Carnelutti, em suas lições, explica como o princípio do duplo grau atinge o sistema processual e enfatiza a importância deste princípio para a garantia da correta solução à demanda.<sup>42</sup>

Francesco Carnelutti, ao tratar do duplo grau de jurisdição, explicitou:

Quando o juiz de primeiro grau tenha esgotado sua decisão sobre o litígio, o primeiro grau do juízo está completo; por conseguinte a decisão ulterior deverá incumbir apenas ao juiz de apelação.<sup>43</sup>

Em síntese, é o recurso a ser interposto em face das sentenças de juízes de primeiro grau para levar a causa ao reexame dos Tribunais de segundo grau, com o objetivo de se obter reforma total, parcial ou mesmo invalidação ou nulidade da sentença proferida.

Pode-se afirmar que a “apelação é recurso comum cabível contra sentença, com vistas a obter, por meio do reexame pelo órgão de segundo grau, a reforma ou invalidação do julgado anterior.”<sup>44</sup>

A apelação é, portanto, o recurso tradicional do sistema recursal, permitindo às partes uma nova análise da contenda e, possibilitando ao Estado a capacidade de corrigir erros na prestação, bem como garantir segurança jurídica às partes envolvidas. Nessa esteira, pode-se afirmar que “o reexame das questões de fato e de direito, no Tribunal, e a preponderância do segundo julgamento sobre o primeiro, retratam a experiência dos séculos.”<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> CARNELUTTI, Francesco. **Sistema de direito processual civil**. 2. ed São Paulo: Lemos e Cruz, 2004.

<sup>43</sup> Ibidem.

<sup>44</sup> DONIZETTI, Elpídeo. **Curso didático de direito processual civil**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

<sup>45</sup> ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 405.

## 2.2 Cabimento

O artigo 513 do Código de Processo Civil afirma: “Da sentença caberá apelação”. A sentença a que se refere o artigo mencionado, deve ser entendida como pronunciamento do juiz de primeiro grau, que se enquadre em alguma das situações previstas nos artigos 267 e 269 ambos, do Código de Processo Civil, sendo esta conceituação o que dispõe o artigo 162, § 1º, do mesmo Código.<sup>46</sup>

Não se restringe à jurisdição contenciosa, sendo cabível também na jurisdição voluntária. Significa dizer que, ainda que seja apenas decisão homologatória, será possível interpor o recurso em questão.

O recurso apelatório não é meio eficaz para contrapor-se às decisões interlocutórias, estas entendidas como as que não põem fim ao conjunto dos autos, ou seja, que não resolvem o mérito da lide, porquanto resolvem incidentes que ocorrem durante o desenrolar do processo.

Caberá, então, apelação contra sentenças definitivas ou terminativas, independentemente do procedimento e do rito adotado, podendo ser comum ou especial, sumário ou ordinário.

Bernardo Pimentel, ao expor o cabimento da apelação contra as sentenças, afirma que “[...] salvo disposição em sentido contrário, cabe recurso de apelação contra qualquer sentença, independentemente da natureza do processo e do procedimento.”<sup>47</sup>

Regra geral, contra as sentenças caberá apelação, porém atentando-se às exceções específicas do ordenamento pátrio que prevê, por exemplo, que para as sentenças proferidas nos Juizados Especiais Cíveis, Lei 9.099/95, caberá o Recurso Inominado.

---

<sup>46</sup> BRASIL. **Lei N° 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>47</sup> SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

É sabido que algumas decisões, apesar de consideradas sentenças, no sentido de por fim ao processo, por determinação legal não são recorríveis por meio da apelação.

O doutrinador Bernardo Pimentel elenca algumas hipóteses que excepcionam a regra geral do artigo 513 do Código de Processo Civil, como no caso do artigo 105, inciso II, alínea “c” da Constituição Federal, em que o recurso manejável será o Recurso Ordinário.<sup>48</sup>

Importante ressaltar que nos casos em que o recurso contra sentença não for o de apelação, a legislação trará expressamente a previsão do recurso cabível ou aplicar-se-á o princípio da fungibilidade recursal. É que o recurso de apelação é regra geral, e portanto, quando houver exceção deverá o legislador determinar de forma expressa qual será o recurso cabível.

Teresa Wambier discorre a respeito:

[...] em razão de haver várias situações em que, embora se pronuncie o juiz sobre o pedido, não caberá apelação. Nestes casos, será cabível o recurso de agravo, muito embora, possa haver dúvida objetiva, o que impõe a incidência do princípio da fungibilidade recursal.<sup>49</sup>

Por fim, pode-se concluir que, em regra, o recurso a ser interposto contra as sentenças proferidas pelo juízo de primeiro grau será o recurso apelatório, todavia poderá o Código de Processo Civil estipular hipóteses excepcionais, porém estas deverão constar no Código de forma expressa pelo legislador.

### 2.3 Legitimidade e interesse para recorrer

Oportuno trazer à baila quais são os legitimados para interpor o recurso apelatório. Ou seja, quem disporá da possibilidade de impetrar tal petição em juízo.

---

<sup>48</sup> SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

<sup>49</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Processo civil moderno: recursos e ações autônomas de impugnação**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 2.

Dispõe o artigo 499 *caput*, do Código de Processo Civil: “o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público.”<sup>50</sup>

Ressalte-se, porém, que os parágrafos 1º e 2º do artigo supramencionado, condicionam a legitimidade do terceiro prejudicado e do Ministério Público.

O terceiro prejudicado deverá demonstrar o interesse de intervir na relação jurídica. Sendo assim, estará obrigado a indicar o nexo entre a sentença e a afetação ao seu interesse, não podendo, portanto, qualquer terceiro, independentemente de interesse, interpor o recurso de apelação.

Quanto ao Ministério Público, poderá interpor o recurso de apelação quando for parte no processo ou quando officiar como fiscal da lei, já que participa do processo e é parte interessada.<sup>51</sup>

As partes do processo, autor e réu, necessitam tão-somente estarem sucumbentes para que tenham demonstrado seu interesse em impetrar o recurso apelatório. Assim, a parte legitimada a interpor o recurso de apelação é aquela que, ao pelejar em uma contenda judicial, vê-se sucumbente.

Em outros termos, a parte vencida em uma ação de primeira instância judicial, ainda que tenha sido derrotada parcialmente, terá legitimação para manejar o recurso de apelação. É dizer-se, portanto, que a parte pode ter sido vitoriosa no pleito, porém não o foi em todos os pedidos feitos ao juízo, e assim, ao não ser vencedora da demanda na parte que gostaria de ser, tem ao seu dispor o recurso apelatório.

Permite-se que a impugnação da sentença seja parcial ou total, e por consequência, o novo julgamento fica adstrito ao que foi impugnado pelo

---

<sup>50</sup> BRASIL. **Lei N° 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>51</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Processo civil moderno**: recursos e ações autônomas de impugnação. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 2.



apelante.<sup>52</sup> Trata-se de decorrência do efeito devolutivo atribuído ao recurso. Somente será devolvido aquilo que foi alvo de impugnação pela parte recorrente. Logo, a apelação poderá ser integral ou parcial, conforme busque rediscutir no todo, ou em parte, a decisão proferida.

## 2.4 Prazo

O artigo 508 do Código de Processo Civil dispõe:

Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.<sup>53</sup>

O prazo começa a fluir a partir da juntada do mandado de intimação da parte que possui legitimidade para interpor o recurso. Sendo assim, a parte sucumbente, no todo ou em parte da demanda, poderá interpor recurso até 15 dias após sua intimação acerca da sentença prolatada.

O recurso apelatório deve ser protocolado em cartório no prazo ordenado pelo artigo 508 do Código de Processo Civil e sua entrega atestada pelo termo de juntada aos autos.

Em se tratando de parte revel, assenta o artigo 322 do Código de Processo Civil que “contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.”<sup>54</sup> É dizer-se, portanto, que, sendo revel, o prazo começará a fluir a partir da publicação da sentença e não da intimação da sentença à parte sucumbente.

Teresa Arruda Alvim Wambier, em seu livro sobre os recursos e meios de impugnação, colaciona alguns julgados que demonstram que o entendimento doutrinário e jurisprudencial tem admitido que o prazo para o terceiro prejudicado interpor o recurso será igual ao das partes do processo iniciando-se a

---

<sup>52</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. 51. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 1.

<sup>53</sup> BRASIL. **Lei Nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>54</sup> Ibidem.

contagem conjuntamente.<sup>55</sup> Assim, o terceiro prejudicado terá o prazo de 15 dias, senão vejamos o julgado do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema:

Ementa: RECURSO. TERCEIRO PREJUDICADO. PRAZO. TERMO INICIAL.OS DIES A QUO DO PRAZO É IGUAL AO DAS PARTES, NÃO SE PODENDO ADMITIR QUE O PRAZO SOMENTE COMEÇASSE A FLUIR QUANDO O TERCEIRO TIVESSE CIÊNCIA DA DECISÃO, CIRCUNSTÂNCIA QUE PROTRAIRIA INDEFINIDAMENTE O TRÂNSITO EM JULGADO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO, MAS IMPROVIDO.<sup>56</sup>

O Ministério Público, por força do artigo 188 do Código de Processo Civil, tem a prerrogativa de poder recorrer no prazo dobrado em relação às partes. O entendimento jurisprudencial garante ao *Parquet* o prazo em dobro, ainda que esteja atuando como fiscal da lei, e não propriamente como parte no processo. Assim, analisa-se o julgado do Supremo Tribunal Federal:

Ementa: MINISTÉRIO PÚBLICO. RECURSO. PRAZO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 188. SE O ART. 499, PARÁGRAFO 2º, DO CPC, CONFERE AO MINISTÉRIO PÚBLICO LEGITIMIDADE PARA RECORRER, ASSIM NOS PROCESSOS EM QUE É PARTE, COMO NAQUELES EM QUE OFICIA COMO FISCAL DA LEI, NÃO É POSSÍVEL, NA EXEGESE DO ART. 188, DO CPC, ESTABELECEER DISTINÇÃO, QUANTO AO PRAZO EM DOBRO, QUE NESSE DISPOSITIVO SE GARANTE AO MINISTÉRIO PÚBLICO, CONFORME SEJA PARTE OU ASSUMA A POSIÇÃO DE FISCAL DA LEI. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA AFASTAR A INTEMPESTIVIDADE DO APELO E DETERMINAR QUE O TRIBUNAL "A QUO" JULGUE O MÉRITO DA APELAÇÃO.<sup>57</sup>

Conclui-se, ao final, que o prazo para as partes que integram a demanda interpor o recurso em estudo é de 15 dias, a contar da intimação da sentença, com exceção do Ministério Público que, tanto quando for parte no

<sup>55</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Processo civil moderno**: recursos e ações autônomas de impugnação. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 2.

<sup>56</sup> BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. 4ª Tuma. Recurso Especial. **REsp 82191 / SP**. Ementa: [...] Relator: Ministro Barros Monteiro. São Paulo, 14 abr. 1997. DJ de 09.06.1997. p. 25545. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/webstj/processo/imagem/abreDocumento.asp?num\\_registro=199500655608&dt\\_publicacao=09/06/1997&desc\\_acordao=%3Cb%3ERESP%2082191%20\(1995/0065560-8%20-%2009/06/1997\)%3C/b%3E](http://www.stj.jus.br/webstj/processo/imagem/abreDocumento.asp?num_registro=199500655608&dt_publicacao=09/06/1997&desc_acordao=%3Cb%3ERESP%2082191%20(1995/0065560-8%20-%2009/06/1997)%3C/b%3E)>. Acesso em: 25 set. 2014.

<sup>57</sup> Idem. Supremo Tribunal Federal. 1ª Turma. **RE 94064/SP**. Ementa: [...] Relator: Néri da Silveira. São Paulo, 21 jun. 1982. DJ de 17.12.1982. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1451184>>. Acesso em: 15 set. 2014.

processo, como quando atuar como *custos legis* terá o prazo de 30 dias para a interposição do recurso de apelação.

## 2.5 Juízo de admissibilidade

O apelante deve peticionar ao juiz que prolatou a sentença como determina o artigo 514 do Código de Processo Civil, instruindo a peça com os requisitos dispostos no artigo citado, quais sejam: “os nomes e qualificação das partes, os fundamentos de fato e de direito e o pedido de nova decisão.”<sup>58</sup>

Trata-se dos requisitos de regularidade formal, que tem por objeto a exigência de que o recurso esteja de acordo com a forma estabelecida em lei.<sup>59</sup> A regularidade formal resume-se, então, às formalidades exigidas para que se interponha um recurso. Tem-se, regra geral, que o recurso deverá ser interposto por petição escrita, em que seja expressa a fundamentação do inconformismo e do pedido de nova decisão.<sup>60</sup>

Observa-se que a petição do recurso de apelação deverá ser motivada, sendo necessário que a parte interessada em recorrer demonstre ao magistrado por que o faz. Na falta das razões da apelação, ou seja, da fundamentação do pedido não se dará continuidade ao recurso.

O julgador submeterá a petição ao juízo de admissibilidade, observando os requisitos exigidos pelo artigo 514 do Código de Processo Civil e, ausente qualquer dos requisitos, poderá o magistrado de primeiro grau negar seguimento ao recurso, impedindo-o de chegar ao Tribunal *ad quem*.

Araken de Assis classifica os requisitos de admissibilidade dos recursos, em intrínsecos e extrínsecos. “É o critério que logra ampla aceitação nos

---

<sup>58</sup> BRASIL. **Lei N° 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>59</sup> SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

<sup>60</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Processo civil moderno: recursos e ações autônomas de impugnação**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 2.

estudos mais recentes”.<sup>61</sup> Pode-se mencionar também a doutrina de Bernardo Pimentel e de Barbosa Moreira que utilizam-se da mesma classificação quanto aos requisitos de admissibilidade.

Os intrínsecos estão relacionados com o poder de recorrer propriamente dito, ou seja, a existência da possibilidade de se interpor um recurso. Pode-se elencá-los da seguinte forma: o cabimento, a legitimidade e o interesse para recorrer e a inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.<sup>62</sup>

Os requisitos extrínsecos relacionam-se com o exercício do direito de recorrer. Estão ligados com o correto exercício do direito subjetivo que a parte possui para utilizar-se do recurso. São eles: a tempestividade, a regularidade formal e o preparo.<sup>63</sup>

A tempestividade, nada mais é que a interposição do recurso dentro do prazo asseverado pelo artigo 508 do Código de Processo Civil, como já mencionado anteriormente.

O preparo é o pagamento pecuniário, feito pelo recorrente ao órgão competente, com objetivo de mover a máquina judicial. O artigo 511 do Código de Processo Civil explicita que “no ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção”.<sup>64</sup>

Sendo a parte hipossuficiente, ou seja, incapaz de arcar com as custas do processo sem que prejudique seu sustento ou de sua família, e sendo admitido pelo juiz tal condição, poderá o recorrente isentar-se das custas do preparo do recurso, juntando aos autos porém, a declaração de hipossuficiência.

---

<sup>61</sup> ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 148.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 199.

<sup>64</sup> BRASIL. **Lei N° 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

A interposição do recurso fora do prazo ou a falta do preparo ou da comprovação de hipossuficiência geram a deserção. Assim, considera-se que a parte desistiu de recorrer.

Entretanto, de acordo com o artigo 519 do Código de Processo Civil e com o enunciado da Súmula 484 do STJ, a parte que comprovar o justo impedimento para o recolhimento do preparo, poderá ser escusada da pena de deserção e o juiz poderá fixar novo prazo para a realização do preparo.<sup>65</sup>

Além dos requisitos já mencionados, a apelação não será admitida se houver fato extintivo ou impeditivo do recurso.

Neste diapasão, importante explanar que, quando o legitimado a interpor o recurso renunciar ao seu direito de recorrer, não estará apto a utilizar-se do direito ao reexame da causa por meio da interposição de recurso posteriormente, já que o legitimado renunciou a tal direito. É dizer que tendo a parte renunciado ao seu direito de recorrer, não poderá arrepender-se.

A renúncia se dá quando a parte, expressa ou tacitamente, demonstra seu desinteresse em demandar contra a sentença desfavorável. Assim, se a parte vencida na primeira instância, oralmente em juízo, ou por meio de petição, pronuncia sua vontade de abdicar do direito de recorrer, estará renunciando expressamente ao seu direito. Ou ainda, se a parte protocola o recurso porém não o faz tempestivamente, estará renunciando tacitamente ao seu direito de recorrer.

A aceitação da decisão desfavorável também gera renúncia, já que a parte não demonstra seu interesse de agir, porque concorda com a sentença prolatada. Sendo assim, a ausência de interposição de recurso demonstra a renúncia da parte ao direito de recorrer.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> BRASIL. **Lei N° 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>66</sup> SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

A renúncia poderá ser total ou parcial. Caso a parte não impugne toda a sentença, considera-se que a parte não impugnada foi aceita e, por consequência, renunciou-se ao direito de recorrer quanto àquele teor da decisão.

Dispõe nesse sentido o artigo 503 do Código de Processo Civil “a parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer”. O legislador considerou a aceitação ato incompatível com a vontade de recorrer.<sup>67</sup>

A validade da renúncia independe da anuência da outra parte.<sup>68</sup> Nesse sentido o artigo 502 do Código de Processo Civil versa “a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte”.<sup>69</sup>

A renúncia e a aceitação da sentença são fatos extintivos do direito de recorrer.

Como aduzido anteriormente, quando houver fato impeditivo do direito de recorrer, os requisitos de admissibilidade não estarão completos e, conseqüentemente o recurso não será admitido.

Os fatos impeditivos ocorrem quando a parte, depois de interposto o recurso, desiste de prosseguir o feito; quando uma parte reconhece o pedido da outra e; quando há renúncia ao direito em que se funda a ação.<sup>70</sup> Nas palavras de Bernardo Pimentel “A desistência é ato pelo qual o recorrente abre mão do recurso interposto”.<sup>71</sup>

Assim como na renúncia não há necessidade do consentimento da parte adversária para que se possa desistir do recurso. É o que se pode inferir do artigo 501 do Código de Processo Civil.

---

<sup>67</sup> BRASIL. **Lei N° 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>68</sup> SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

<sup>69</sup> BRASIL, op. cit.

<sup>70</sup> NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios fundamentais**: Teoria geral dos recursos. 3. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2005.

<sup>71</sup> SOUZA, op. cit.

A desistência poderá ser expressa ou tácita, total ou parcial, seguindo os mesmos princípios da renúncia. Sendo assim, se a desistência é parcial, o direito de recorrer também será parcial, porque para aquilo que não foi objeto da desistência persiste o direito de recorrer.

A renúncia diferencia-se da desistência porque naquela inexistente o próprio recurso e, por isso, há extinção do direito de recorrer, já nesta, houve um recurso que posteriormente tornou-se deserto.

Tanto a desistência como a renúncia são irretratáveis porquanto ambos os institutos sofrem a preclusão consumativa.

O Magistrado, após analisar a regularidade formal da petição, e preenchidos os requisitos de admissibilidade, receberá o recurso e encaminhará ao Órgão julgador competente para a causa, declarando em quais efeitos receberá o recurso.

## **2.6 Efeitos do recurso**

O dispositivo contido no artigo 520 do Código de Processo Civil estabelece os efeitos em que será recebido o recurso expondo que “a apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo”.<sup>72</sup> Assim, na inteligência deste artigo, o recurso apelatório é recebido, em regra, nos efeitos suspensivo e devolutivo.

O Código expõe nos incisos do artigo 520 já mencionado um rol taxativo de situações onde o recurso deverá ser recebido apenas no efeito devolutivo. Nos demais casos em que se admite somente o efeito devolutivo, deverá constar expressamente a supressão do efeito suspensivo no dispositivo legal.<sup>73</sup>

Insta esclarecer que em alguns casos, a jurisprudência tem relativizado esse preceito e admitido a aplicação do efeito suspensivo ou a

---

<sup>72</sup> BRASIL. **Lei N° 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>73</sup> Ibidem.

supressão dele, baseando-se na fundamentação de risco de dano irreparável ou de difícil reparação.<sup>74</sup>

Em resumo, interposta a apelação, permanecerá suspensa a efetividade da sentença prolatada pelo juiz de primeiro grau durante o prazo recursal disponível à parte, e, no caso do recurso admitido e remetido ao órgão julgador, até que se tenha decidido o recurso, excetuando-se os casos mencionados no artigo 520 do Código de Processo Civil.

Vale lembrar que, mesmo nas hipóteses excepcionais que estão previstas no Código, em que não se incidirá o efeito suspensivo na sentença, o apelante poderá formular requerimento explicitando a necessidade da suspensão da eficácia da sentença prolatada, baseando sua petição na configuração do *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito) e no *periculum in mora* (perigo na demora). Deverá, para tanto, comprovar o risco de lesão grave e de difícil reparação.

De acordo com o artigo 558, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no caso de petição de incidência do efeito suspensivo ao julgamento de primeira fase, que por determinação legal não o deveria ser suspenso, poderá o relator, diante da situação fática, determinar a suspensão do cumprimento de sentença, até que seja julgado o feito.

Em resumo, o efeito suspensivo a que se refere o artigo do Código, interrompe a execução da sentença, até que se julgue o recurso interposto.

Gediel, ao conceituar o efeito suspensivo, discorre afirmando que a aplicação do dito efeito impede a eficácia da decisão judicial, mantendo a situação decidida no estado em que se encontra, até a decisão do órgão competente para julgar o recurso.<sup>75</sup>

---

<sup>74</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça de Pernambuco. 7ª Câmara Cível. **Agravo: AGV 2300116 PE 0002942-74.2011.8.17.0000 Processo: AGV 2300116 PE 0002942-74.2011.8.17.0000**. Ementa: [...] Relator: Des. Antenor Cardoso Soares JÚNIOR. DJ de 26.07.2011.

<sup>75</sup> ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino. **Prática no processo civil**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2013.



Na verdade, a sentença não tem eficácia desde sua prolatação. A eficácia desta se dará apenas com o trânsito em julgado e a posterior configuração da coisa julgada.

Durante o transcurso do prazo para a interposição do recurso, a eficácia da decisão quedará suspensa, não havendo manifestação do recorrente, a sentença transitará em julgado.

Porém, sendo interposto o recurso, a decisão proferida pelo magistrado de primeira instância restará suspensa até que se finde o julgamento do recurso.

Justifica-se a aplicação da suspensividade, em regra para todos os recursos, a necessária subordinação do processo ao princípio do devido processo legal e assim a garantia do princípio da segurança jurídica. Afirma-se, deste modo que os atos executórios deverão ocorrer somente depois de configurada a coisa julgada.

Nesse sentido expõe Humberto Theodoro que “Enquanto não se esgotam os meios de debate e defesa, enquanto não se exaure o contraditório, não está o Poder Judiciário autorizado a invadir o patrimônio da parte.”<sup>76</sup>

O efeito suspensivo só alcança aquilo que foi impugnado pela parte. Desta forma, aquilo que não foi objeto de impugnação será exequível na medida em que não foi alvo de recurso.

O conteúdo do recurso, assim entendido como aquilo que foi impugnado na sentença e levado ao tribunal por força do efeito devolutivo, será também, em regra, atingido pelo efeito suspensivo.

Em outros termos, a extensão do alcance do efeito suspensivo está relacionada com a extensão da matéria impugnada. Assim, se a parte recorreu

---

<sup>76</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 51. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 31. v. 1.

parcialmente da decisão proferida, em regra, a parcela que será objeto do recurso permanecerá sem eficácia, enquanto o restante da sentença será exequível.

Araken de Assis explica, por meio de exemplo, que sendo Pedro condenado a pagar quantia por danos materiais e morais, e interpondo recurso para contrapor-se à condenação por danos morais, poderá ser executado quanto aos danos materiais, visto que o não impugnou. Presume-se, então, a aceitação da sentença na parte não impugnada.<sup>77</sup> O efeito suspensivo, nesse caso, será aplicado apenas a condenação dos danos morais, sendo possível executar os danos materiais.

Admitido o recurso e declarado quais efeitos recairão sobre o pleito, encaminham-se os autos ao Órgão Julgador competente, o qual fará novo juízo de admissibilidade e, só então, se conhecerá o recurso para analisá-lo no mérito.

## 2.7 Juízo de retratação

O Código de Processo Civil admite a possibilidade do juiz que prolatou a sentença retratar-se, ou seja, o próprio juiz que decretou a decisão poderá reformá-la.

As hipóteses de retratação do magistrado encontram-se elencadas nos artigos 285-A e 296 ambos do Código de Processo Civil.

O artigo 285-A do CPC dispõe que quando a matéria discutida no processo for unicamente de direito e outros casos idênticos já tenham sido sentenciados totalmente improcedentes, poderá o juiz dispensar a citação do réu e proferir decisão reproduzindo o teor das sentenças anteriormente proferidas.<sup>78</sup>

Sendo a sentença proferida alvo de recurso de apelação, terá o magistrado duas opções: manter a decisão ou reformá-la.

---

<sup>77</sup> ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

<sup>78</sup> BRASIL. **Lei N° 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

Neste caso, o juiz da causa poderá, no prazo de cinco dias, reformar sua decisão e determinar o prosseguimento da ação, ou manter sua decisão e citar o réu para contrarrazoar o recurso interposto.

O artigo 296 do CPC aduz que, sendo indeferida a inicial e havendo recurso de apelação interposto pelo autor da ação, será facultado ao magistrado, no prazo de 48 horas, retratar-se. O indeferimento da inicial se dá de acordo com o rol elencado pelo artigo 295 do Código de Processo Civil.<sup>79</sup>

Neste caso, o juiz poderá reformar sua decisão e dar prosseguimento ao feito, ou manter sua sentença e encaminhar o recurso ao órgão competente para julgá-lo.

Importante ressaltar que as hipóteses explicitadas são distintas. Diante do art. 285-A do CPC há julgamento de mérito, portanto houve análise do pedido e sentenciou-se improcedente, já na situação do art. 296 do CPC, não há julgamento do mérito e tão somente o indeferimento da inicial por algum dos motivos elencados no art. 295 do mesmo código.<sup>80</sup>

Além disso, os prazos, apesar de impróprios, são diferentes para cada uma das hipóteses referidas. Sendo o prazo de cinco dias previsto no art. 285-A do CPC, e de 48 horas previsto no art. 296 do CPC.<sup>81</sup>

Em busca da celeridade processual e da efetividade da tutela jurisdicional criou-se a possibilidade de evitar-se a tramitação do recurso apelatório, de modo que o juiz de primeiro grau, diante do recurso apresentado faça nova análise de seu julgamento e reforme-o, caso considere conveniente.

## **2.8 Considerações finais acerca do recurso de apelação**

Pode-se afirmar que o objetivo do recurso de apelação é eminentemente garantístico, no sentido de que permite que sentenças injustas, com

---

<sup>79</sup> BRASIL. **Lei N° 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> Ibidem.

vícios ou defeitos sejam reanalisadas proporcionando aos jurisdicionados e aos juristas a possibilidade de correção de tutelas defeituosas. Porém, é sabido que nada assegura que o segundo julgamento será mais acertado que o primeiro.

É certo também, que não há, de fato, um filtro sobre a relevância dos recursos, sendo apenas controlado por requisitos formais de admissibilidade.

É fato que todos os que buscam o judiciário para a solução de contendas almejam um julgamento equânime e justo. Não há como negar também, que contra sentenças defeituosas somente o segundo grau poderá insurgir-se. Entretanto, não se pode permitir que a primeira instância do juízo seja desconsiderada a qualquer tempo.

Por fim, tem-se apresentado o recurso de apelação. Recurso este essencial para o sistema recursal brasileiro. Porém, como se sabe, a dinâmica e a instrumentalização do referido recurso tem sido alvo de diversas críticas e estudos dos acadêmicos, visto que, com as mudanças sociais, há que se renovar também o sistema e sua aplicação prática, já que o processo é um instrumento por meio do qual a parte alcança o direito material.

### 3 DO EFEITO SUSPENSIVO: A COMPREENSÃO DOUTRINÁRIA E A HERMENÊUTICA FORMADA PELOS TRIBUNAIS À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM VIGOR

A aplicação do efeito suspensivo, *ope legis*, ou seja, como regra no recurso de apelação, tem sido debatida entre os juristas, no âmbito dos tribunais e meios acadêmicos.

Sabe-se que a demora na prestação jurisdicional, a ineficácia das decisões proferidas e a descrença cada vez maior no Poder Judiciário têm sido os principais fatores para os debates acerca da melhor procedimentalização do direito brasileiro.<sup>82</sup>

Para melhor aclarar a relação entre efeito suspensivo e a efetividade da tutela jurisdicional, é essencial entender a conceituação doutrinária e jurisprudencial do dito efeito e sua aplicação prática.

De qualquer forma, como dito no capítulo anterior, a legislação do Código de Processo Civil de 1973 admite que, em regra, o recurso de apelação sempre terá o efeito suspensivo, excepcionando os casos previstos no art. 520 do mesmo Código.<sup>83</sup>

O debate, portanto, circunda a aplicação do efeito suspensivo buscando alcançar o equilíbrio entre a segurança jurídica e a efetividade da tutela prestada.

José Roberto dos Santos Bedaque diz:

Tutela jurisdicional justa é aquela que represente ideal adequação dos fatos à norma que os discipline. Sem dúvida, é preciso que a tutela jurisdicional seja o meio apto a atender às necessidades decorrentes de cada situação da vida, isto é, de direito substancial [...] Não parece possível construir o sistema processual dissociado

---

<sup>82</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. **Execução provisória e antecipação da tutela**: dinâmica do efeito suspensivo da apelação e da execução provisória: conserto para a efetividade do processo. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 12-14.

<sup>83</sup> BRASIL. **Lei Nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

do seu objeto, que nada mais é do que as relações da vida das pessoas reguladas pelas normas de direito material.<sup>84</sup>

Após as considerações iniciais, oportuno debruçar sobre os embates doutrinários que circundam o efeito suspensivo e o recurso de apelação no sistema recursal brasileiro.

### **3.1 Embates doutrinários a respeito da manutenção do efeito suspensivo no direito brasileiro**

#### *3.1.1 Efeito suspensivo: compreensão à luz das premissas doutrinárias*

Precipuamente, insta compreender o conceito de efeito suspensivo na interpretação doutrinária do Código vigente, tendo em vista que os doutrinadores divergem quanto ao momento em que se inicia a aplicação do efeito suspensivo e quanto à sua manutenção como regra ao recurso apelatório.

Para Cassio Scarpinella Bueno, a aplicação do efeito suspensivo é responsável por prorrogar o estado de ineficácia da sentença prolatada. O autor entende que a sentença não é eficaz de pronto, e sim depois de transcorrido o prazo *in albis* da interposição do recurso.<sup>85</sup>

Cumprе esclarecer que, para Cassio Scarpinella Bueno a ineficácia da sentença relaciona-se com a possibilidade de execução provisória da decisão. Ou seja, não sendo possível a execução provisória, não há que se falar em eficácia imediata da sentença, e assim a exequibilidade só tem início após a falta da interposição do recurso com efeito suspensivo ou o julgamento final do recurso interponível ao caso.<sup>86</sup>

Noutras palavras, somente com o trânsito em julgado da decisão pode-se tornar o efeito suspensivo aplicável.

---

<sup>84</sup> BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e processo**: influência do direito material sobre o processo. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 54-58.

<sup>85</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. **Execução provisória e antecipação da tutela**: dinâmica do efeito suspensivo da apelação e da execução provisória: conserto para a efetividade do processo. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 38.

<sup>86</sup> Ibidem.

Nesta esteira de entendimento a ineficácia imediata da sentença estaria mais associada ao efeito devolutivo do que ao efeito suspensivo - ressalte-se eficácia imediata, ou seja, logo depois da publicação da sentença. Porém, para este autor, o efeito suspensivo provoca a manutenção da ineficácia da sentença até o julgamento do recurso.

Assim, compreende que o período que transcorre o prazo para interposição do recurso está sob “condição suspensiva”, que pode ser confirmada com a aplicação do efeito citado ao recurso interposto.

Desse modo, claramente se vê que, Cassio Scarpinella Bueno entende que a ineficácia da sentença está relacionada ao efeito suspensivo, porém a ineficácia imediata, ou seja, logo após a publicação da sentença é intrínseca a esta, porque para o doutrinador mencionado, a sentença não é eficaz logo após a sua publicação.<sup>87</sup>

Diverge quanto a este ponto Nelson Nery Junior, que afirma:

O efeito suspensivo do recurso, portanto, tem início com a publicação da decisão impugnável por recurso para o qual a lei prevê efeito suspensivo, e termina com a publicação da decisão que julga o recurso.<sup>88</sup>

Assim, o autor entende que o momento em que o efeito suspensivo inicia sua vigência é desde logo, publicada a decisão, não atribuindo ineficácia à sentença publicada em que ainda há prazo para interposição de recurso.<sup>89</sup>

Nelson Nery Júnior fundamenta este entendimento sob o argumento de que no caso inverso, previsto no art. 520 do CPC, onde o recurso não terá efeito suspensivo, a efetividade da sentença é imediata, não se submetendo a aguardar o lapso temporal de possível recurso. Ou seja, para este autor toda sentença é eficaz

---

<sup>87</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. **Execução provisória e antecipação da tutela**: dinâmica do efeito suspensivo da apelação e da execução provisória: conserto para a efetividade do processo. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 12-14.

<sup>88</sup> NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios fundamentais**: teoria geral dos recursos. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

<sup>89</sup> Ibidem.

desde sua prolação e o que impede sua eficácia imediata é o cabimento de recurso com efeito suspensivo.<sup>90</sup>

Para melhor aclarar o entendimento de Nelson Nery Júnior, quanto ao momento de aplicação do efeito suspensivo, insta mencionar que, para o referido autor, a ineficácia da sentença está relacionada à possibilidade de interposição de recurso com o referido efeito. Sendo assim, o autor relaciona a ineficácia da decisão de primeiro grau ao princípio do duplo grau de jurisdição. Senão vejamos:

Muito embora certos autores da doutrina entendam que o efeito suspensivo do recurso obsta a formação da coisa julgada, entendemos que o adiamento da formação da res judicata é decorrência natural e lógica do efeito devolutivo dos recursos, e não do suspensivo.<sup>91</sup>

Retomando as considerações acerca do tema por Cassio Scarpinella Bueno, tem-se que o aludido autor, questiona o que ele denomina como sendo uma “patente existência de incongruência no sistema processual brasileiro quanto a eficácia da decisão que antecipa a tutela e a eficácia da sentença definitiva”.<sup>92</sup>

Observa, Cassio Scarpinella Bueno que a decisão interlocutória baseada em cognição superficial é evidentemente mais eficaz que a sentença proferida pelo juízo, fundamentado em cognição exauriente, porém que pode ser submetido à aplicação do efeito suspensivo no caso de possível interposição de recurso.<sup>93</sup>

Cassio Scarpinella Bueno defende que o legislador autoriza a flexibilização da regra da suspensividade do recurso de apelação.<sup>94</sup> Refere-se, neste ponto, ao artigo 558 do Código de Processo Civil que permite a aplicação do efeito suspensivo mesmo nos casos previstos no art. 520 do Código supracitado, e refere-

---

<sup>90</sup> NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios fundamentais**: teoria geral dos recursos. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 248-429.

<sup>92</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. **Execução provisória e antecipação da tutela**: dinâmica do efeito suspensivo da apelação e da execução provisória: conserto para a efetividade do processo. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 12-14.

<sup>93</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais-técnicas de controle das decisões judiciais. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 150. v. 5.

<sup>94</sup> Ibidem, p. 150.



se ainda à possibilidade de antecipação de tutela, que acredita ser verdadeiro instrumento do magistrado para efetivar a prestação da tutela jurisdicional que entender imediata.<sup>95</sup>

Nesta temática, explica que tanto para conceder o efeito suspensivo nos casos em que ele não é previsto (artigo 520 CPC), quanto para retirar a aplicação da regra geral de suspensividade, há para o magistrado a possibilidade de efetivar ou não a decisão proferida (surtindo ou não efeitos imediatos), de acordo com os princípios do *fumus bonis iuris* e do *periculum in mora* em cada caso concreto. A essas possibilidades denomina de “concessão *ope judicis* do efeito suspensivo”.<sup>96</sup>

Em síntese, o autor apresentado, em sua doutrina visualiza o futuro do direito processual civil brasileiro que tem em mira a maior efetividade da tutela e está balizado nos princípios da celeridade e efetividade jurisdicional, e, para tanto, entende o Código vigente de forma flexibilizada, atentando aos princípios referidos, e buscando satisfazer os anseios sociais de um judiciário célere e efetivo.

Noutro vértice, vale utilizar-se da doutrina de Barbosa Moreira que, com maiores cautelas, também discorre sobre o tema da suspensividade do recurso de apelação e entende ser necessário estudo sobre o tema para definir qual será a melhor aplicação do efeito no direito brasileiro.<sup>97</sup>

Barbosa Moreira entende que o recurso de apelação tem, em regra, a aplicação do efeito suspensivo e que as exceções do artigo 520 são taxativas, sendo necessária a manifestação da parte interessada na aplicação do artigo 558 do Código de Processo Civil às hipóteses do artigo 520 do mesmo Código.<sup>98</sup>

Ou seja, ao contrário do que diz Cassio Scarpinella Bueno em que basta a análise do magistrado ao caso concreto para a aplicação, *ope judicis*, do efeito suspensivo nas exceções previstas no artigo 520 do CPC, para Barbosa

---

<sup>95</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>97</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao código de processo civil**: arts. 476 a 565. 17. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 468. v. 5.

<sup>98</sup> Ibidem.

Moreira não há essa flexibilidade, sendo, portanto, essencial a manifestação e fundamentação da parte interessada na suspensão da sentença que seria eficaz.<sup>99</sup>

Barbosa Moreira entende que o efeito suspensivo impede a produção imediata dos efeitos da decisão.<sup>100</sup> Neste ponto, filia-se a Nelson Nery Jr, e diverge de Cassio Scarpinella Bueno, ambos anteriormente mencionados.<sup>101</sup>

Entretanto, o autor tem uma visão própria acerca do tema, não se utilizando dos argumentos dos autores tratados até o presente momento, e baseando-se no direito comparado para explicar sua tese.<sup>102</sup>

Por conseguinte, Barbosa Moreira expõe a respeito do momento em que o efeito suspensivo é aplicado à decisão. Para isso, primeiramente enfatiza o fato de que não se deve considerar apenas a possibilidade da execução provisória para balizar o momento de aplicação do efeito suspensivo, e assim discorre acerca do tema:

Diz-se que o recurso tem efeito suspensivo quando impede a produção imediata dos efeitos da decisão. Seria impróprio aludir, em termos restritos, ao fato de não se poder promover a execução; esse é o traço mais saliente, mas não esgota o conceito, pois as decisões meramente declaratórias e as constitutivas, que não comportam execução (no sentido técnico do direito processual) também podem ser impugnadas mediante recursos de efeito suspensivo.<sup>103</sup>

O autor entende que a ineficácia da decisão proferida é causada pela possibilidade de interposição de recurso que prevê o efeito suspensivo.<sup>104</sup> É que, para Barbosa Moreira, o simples fato da decisão estar sujeita à interposição de recurso com efeito suspensivo, torna ineficaz o ato impugnável. O recurso interposto, portanto, dilata a suspensividade da sentença.<sup>105</sup>

---

<sup>99</sup> Ibidem.

<sup>100</sup> Ibidem.

<sup>101</sup> Ibidem.

<sup>102</sup> Ibidem.

<sup>103</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código De Processo Civil**: arts. 476 a 565. 17. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 257. v. 5.

<sup>104</sup> Ibidem.

<sup>105</sup> Ibidem.

Acerca dessas considerações pode-se dizer que tanto para Cassio Scarpinella Bueno quanto para Barbosa Moreira e ainda para Nelson Nery Júnior entende-se que a interposição do recurso prorroga a ineficácia da sentença.

Em se tratando da manutenção do efeito suspensivo como regra ao recurso de apelação, Barbosa Moreira entende ser aconselhável ampliar o rol das hipóteses em que a apelação não tem o efeito suspensivo.<sup>106</sup>

O citado autor manifesta-se a respeito de inverter-se a regra da suspensividade do recurso de apelação,<sup>107</sup> porém o faz de maneira mais comedida que o doutrinador Cassio Scarpinella Bueno que afirma com segurança que tal medida seria crucial para maior eficácia da tutela jurisdicional.<sup>108</sup>

Barbosa Moreira entende que a suspensividade do recurso gera inúmeras vezes a interposição de recursos protelatórios, que atrasam ainda mais a prestação da tutela, o que consequentemente seria evitado se tal regra fosse da não suspensividade. Esclarece que dessa maneira haveria maior valorização do julgamento de primeiro grau.<sup>109</sup>

Propõe ainda uma análise da possibilidade de se atribuir ao magistrado a competência de determinar a exequibilidade da sentença recorrida ou a suspensividade desta baseando sua decisão em evitar danos irreparáveis.

Barbosa Moreira faz essas considerações, porém, entende que no Código Processual vigente (CPC 1973), não cabe tal discricionariedade acerca da matéria, já que está o magistrado submetido à regra da suspensividade do recurso de apelação previsto no Código que apenas excepciona as situações do artigo 520

---

<sup>106</sup> Ibidem.

<sup>107</sup> Ibidem.

<sup>108</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais-técnicas de controle das decisões judiciais. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 150. v. 5.

<sup>109</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao código de processo civil**: arts. 476 a 565. 17. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 468. v. 5.

do CPC e, ainda, que prevê somente a possibilidade de se suspender a eficácia nos casos do artigo supramencionado de acordo com o artigo 558 do mesmo Código.<sup>110</sup>

Por fim, ao debater o tema da efetividade da tutela jurisdicional com foco na supesividade das decisões submetidas a recurso de apelação, Barbosa Moreira deixa claro que entende a necessidade de se analisar a aplicação do efeito nos moldes do Código processual de 1973.<sup>111</sup>

Entretanto, para Barbosa Moreira, não se pode fazer alterações sem que haja estudo complexo da situação e propõe:

Uma pesquisa destinada a verificar a quantidade de apelações providas, a fim de permitir uma avaliação objetiva da relação custo/benefício e também acompanhar-se de medidas tendentes ao aprimoramento da atividade jurisdicional de primeira instância [...].<sup>112</sup>

É possível notar que a doutrina entende de modo diverso acerca do momento de aplicação do efeito suspensivo, bem como da eficácia imediata da sentença de primeiro grau. Diverge ainda quanto à manutenção do efeito suspensivo, como regra, ao recurso de apelação, já que parte da doutrina entende pela manutenção do efeito suspensivo e parte entende pela supressão de tal efeito.

O que se pode concluir é que a doutrina entende que o efeito suspensivo é necessário, e por vezes pode ser flexibilizado, ou ampliando o rol de hipóteses em que o recurso de apelação somente terá efeito devolutivo, como propõe Barbosa Moreira, ou flexibilizando e permitindo ao magistrado utilizar-se da antecipação da tutela ou do artigo 558 do CPC para conceder ou não a efetividade imediata a sua decisão, ou ainda, suprimindo o efeito suspensivo da regra e aplicando-o quando necessário a garantia de evitar-se dano irreparável ou de difícil reparação.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> Ibidem.

<sup>111</sup> Ibidem.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 407.

<sup>113</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao código de processo civil**: arts. 476 a 565. 17. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 468. v. 5.

Por fim, o que se pode afirmar com segurança é que a sentença proferida poderá ter sua efetividade suspensa quando houver aplicação do efeito suspensivo ao recurso interposto. E, sendo assim, não se pode negar que este efeito, nas palavras de Barbosa Moreira, dilata a suspensão da efetividade da tutela jurisdicional.<sup>114</sup>

### *3.1.2 Efeito suspensivo e o princípio do duplo grau de jurisdição*

Em primeiro lugar, buscando retomar a definição de princípio do duplo grau de jurisdição já explicitado no capítulo anterior, há que se relembrar que o mencionado princípio trata da possibilidade de interposição de recursos em um sistema jurídico.

Nelson Nery Junior explica que o principal fundamento para a existência de tal princípio é a alegação de que o juiz singular (juiz de primeiro grau) ao decidir determinada demanda, poderá cometer erros, porque todos os seres humanos estão sujeitos a falhar. Ademais, entende que se as decisões fossem irrecorríveis poder-se-ia criar juízes “despóticos” detentores de poder inquestionável.<sup>115</sup>

Flavio Cheim Jorge, compartilhando da mesma explanação de Nelson Nery Júnior, afirma que o princípio aqui tratado é ínsito ao próprio Estado Democrático de Direito, já que um dos objetivos de tal princípio é o de obstar a concentração do poder por um individuo de maneira incontestável. Afinal, o magistrado ao deter o poder de julgar as lides que lhe são apresentadas deve saber que não o faz de forma soberana.<sup>116</sup>

Assim, torna-se clara a preocupação do Estado em garantir aos jurisdicionados a possibilidade de rever os julgamentos de primeiro grau em busca de um Judiciário justo, capaz de reprimir decisões errôneas.

---

<sup>114</sup> Ibidem.

<sup>115</sup> NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios fundamentais**: teoria geral dos recursos. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 248-429.

<sup>116</sup> JORGE, Flávio Chiemi. **Teoria geral dos recursos cíveis**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 243.

Para parte da doutrina, o efeito suspensivo relaciona-se ao princípio do duplo grau de jurisdição sob a fundamentação de que para a garantia da aplicação do princípio do duplo grau de jurisdição há que se atribuir efeito suspensivo às decisões de primeiro grau, posto que, de outro modo, de nada adiantaria o cabimento de recursos, já que a decisão surtiria efeitos tão logo publicada a sentença.<sup>117</sup>

Nesse sentido, os filiados a essa corrente entendem que para a garantia de um judiciário que privilegie a segurança jurídica, o efeito suspensivo é necessário, assim como o princípio do duplo grau de jurisdição.

Para ilustrar o que foi mencionado acima, interessante utilizar-se da doutrina de Araken de Assis, na qual explica a utilidade do efeito suspensivo atribuído aos recursos, sendo essencial para a garantia da segurança jurídica. Assim, disserta sobre o tema “enquanto o efeito devolutivo se funda no princípio do dispositivo, o suspensivo baseia-se no princípio da segurança.”<sup>118</sup>

Quanto à importância do princípio do duplo grau de jurisdição, manifesta-se Leonardo Greco e eleva o princípio a direito fundamental, sendo, portanto, necessário à garantia da dignidade da pessoa humana. Neste viés, o autor explica que para a existência de um processo justo e que preste uma tutela efetiva não há como mitigar o princípio do duplo grau de jurisdição.<sup>119</sup>

Seguindo o mesmo raciocínio explicitado acima, os filiados a corrente crédula na segurança jurídica aduzem no sentido de que “o efeito suspensivo assegura o princípio do duplo grau na sua inteireza, pois a decisão recorrida não surte eficácia jurídica, até que o órgão recursal a aprecie.”<sup>120</sup>

<sup>117</sup> ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. Nesta mesma linha de raciocínio tem-se BERMUDEZ, Sérgio. Considerações sobre o efeito suspensivo dos recursos cíveis. **Revista da escola da magistratura do estado do Rio de Janeiro - EMERJ**, v. 3, n. 11, p. 66, 2000.

<sup>118</sup> ASSIS, op. cit.

<sup>119</sup> GRECO, Leonardo. Garantias fundamentais do processo: o processo justo. **Novos estudos jurídicos**, Ano VII, n. 14, p. 9-68, abr. 2002. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/1/2>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

<sup>120</sup> BERMUDEZ, Sérgio. Considerações sobre o efeito suspensivo dos recursos cíveis. **Revista da escola da magistratura do estado do Rio de Janeiro - EMERJ**, v. 3, n. 11, p. 66, 2000.

Além disso, os seguidores da corrente supracitada acreditam na aplicação do duplo grau necessário.

O duplo grau necessário trata da garantia que o sistema jurídico necessita para ser mais certo em suas decisões.

Não se quer afirmar aqui que os julgadores de segunda instância detêm de um escudo contra falhas. Pelo contrário, a doutrina, neste ponto, entende que é exatamente pela existência de vícios que se torna necessário um segundo exame da causa, assim, pode-se diminuir a ocorrência de equívocos nas decisões proferidas pelos órgãos do Poder Judiciário.

Corroborando com esta ideia pode-se citar o artigo já utilizado anteriormente, publicado pela Escola da Magistratura do Rio de Janeiro:

Nunca se conseguirá ter certeza de que, mesmo submetida a todos os recursos, a decisão recorrida não se encontra contaminada por um erro de procedimento, ou por um erro de julgamento, pois o julgar por último não significa julgar melhor, como sempre se proclamou. O certo, no entanto, é que, de um modo geral, o recurso diminui a possibilidade do desacerto e contribui para o aprimoramento das decisões.<sup>121</sup>

Insta destacar que existe doutrina divergente, que questiona os fundamentos utilizados pelos defensores do duplo grau necessário e do efeito suspensivo como regra no recurso de apelação e, assim, atacam as alegações utilizadas.

Luiz Guilherme Marinoni, em seu trabalho publicado pela Editora Magister, faz uma crítica ao princípio do duplo grau de jurisdição afirmando que a ampla recorribilidade e a ausência de eficácia imediata às decisões de primeiro grau são as responsáveis pela morosidade no judiciário e a pouca efetividade da tutela prestada.<sup>122</sup>

---

<sup>121</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>122</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel (Coor.). Três questões urgentes: desmitificação do duplo grau, execução imediata da sentença e autoridade dos precedentes (técnica da

Assim, para o Luiz Guilherme Marinoni, o efeito suspensivo no recurso de apelação e a existência de um duplo grau de jurisdição amplo estão relacionados, na medida em que ambos, conjuntamente, impedem a maior celeridade e eficácia às decisões judiciais de primeira instância.<sup>123</sup>

Nelson Nery Júnior, ao discorrer sobre o princípio do duplo grau de jurisdição pondera buscando encontrar um equilíbrio entre segurança jurídica e celeridade da tutela prestada. Para o aludido autor, há que se levar em consideração os valores atribuídos ao processo: segurança, efetividade e celeridade. Assim, afirma:

Observamos que a tratativa do duplo grau como garantia constitucional do devido processo legal, tendo enfoques do direito de defesa, é aceita pela moderna doutrina processualística, mas sempre com a ressalva de que o princípio deve ser de aplicação moderada pelos ordenamentos, de sorte a não divorciar-se o processo civil da realidade contemporânea de buscar-se uma justiça mais efetiva e rápida, sem se perder de vista a segurança.<sup>124</sup>

Assim, no caso dos processualistas que defendem o duplo grau necessário e a aplicação do efeito suspensivo, como o citado Araken de Assis, afirma-se, sem estes mecanismos não se poderia prestar a tutela devida ao indivíduo, já que estaria permeada de incertezas e inseguranças e, portanto, não seria plenamente eficaz.<sup>125</sup>

Utilizando-se de fundamentação divergente, a doutrina que baliza o entendimento sob a ótica da maior celeridade, afirma-se que não haverá efetividade em uma tutela prestada tardiamente, em que a segurança jurídica e o duplo grau necessário, fortalecido pelo efeito suspensivo, provocariam um alargamento do tempo de espera para a solução de um litígio.

Dessa maneira, tem-se aclarado o verdadeiro embate doutrinário a respeito do tema, visto que, para parte da doutrina a efetividade da tutela

---

relevância da questão federal). **Revista magister de direito civil e processual civil**, n. 49, p. 13, jul./ ago. 2012.

<sup>123</sup> Ibidem.

<sup>124</sup> NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios fundamentais**: teoria geral dos recursos. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 248-429.

<sup>125</sup> ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.



jurisdicional só será alcançada se garantida a segurança jurídica, e, em contrapartida, têm-se a corrente doutrinária que afirma que somente se terá um judiciário eficaz quando este for célere e, sendo assim, suprimindo-se a ampla recorribilidade e mitigando o efeito suspensivo aplicado ao recurso de apelação.

Buscando compreender melhor o fenômeno de conflito entre a segurança jurídica e a efetividade da tutela prestada, Teori Albino Zavascki dedicou o capítulo intitulado “os fenômenos de tensão entre segurança e efetividade”, em que demonstrou tratar-se de uma colisão entre direitos fundamentais.<sup>126</sup>

Teori Albino Zavascki insere a segurança jurídica e o direito a efetividade da tutela jurisdicional como sendo partes que compõem a garantia Constitucional do devido processo legal. Deste modo, para solucionar o conflito há que sopesar os interesses conflitantes e, conseqüentemente, haverá a prevalência de um sobre o outro, não sendo possível assegurar os dois interesses de forma irrestrita.<sup>127</sup>

Explicitando o sentido do que o autor denomina direito fundamental à efetividade do processo pode-se recitar:

[...] compreende, em suma, não apenas o direito de provocar a atuação do Estado, mas também e principalmente o de obter, em prazo adequado, uma decisão justa e com potencial de atuar eficazmente no plano dos fatos”.

Por outro lado, os litigantes também detêm o direito à segurança jurídica. O autor explica a extensão desse direito e afirma que às partes que litigam no processo é assegurado o direito à:

Cognição exauriente, assim entendida a que submete as soluções definitivas dos conflitos a procedimentos prévios nos quais se ensejam aos litigantes o contraditório, a ampla defesa e a interposição de recursos.<sup>128</sup>

---

<sup>126</sup> ZAVASCKI, Teori Albino. **Antecipação da tutela**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

<sup>127</sup> Ibidem.

<sup>128</sup> ZAVASCKI, Teori Albino. **Antecipação da tutela**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Como se pode notar, a discussão acerca do tema é contraditória, na medida em que ambas as correntes se apegam à necessidade de eficácia e efetividade da prestação da tutela, porém cada um à sua maneira buscando aprimorar e satisfazer os anseios sociais.

### *3.1.3 Efeito suspensivo e o princípio da efetividade processual*

O capítulo anterior pode aclarar a relação entre o duplo grau de jurisdição e o efeito suspensivo, ao passo que, como dito alhures, as correntes doutrinárias divergem quanto à necessidade do efeito suspensivo atribuído aos recursos para a garantia da aplicação do princípio do duplo grau de jurisdição.

Ocorre que, como visto, o princípio do duplo grau de jurisdição não é princípio absoluto, podendo ser mitigado quando encontrar-se em conflito com outros princípios norteadores do processo civil.

Feitas essas considerações, e sabendo-se que o debate permeia a necessidade de efetividade à tutela prestada pelo judiciário, há que se refletir acerca da aplicação do efeito suspensivo e o princípio da efetividade processual.

Buscando a continuidade do raciocínio de Teori Albino Zavascki, interessante expor a respeito do dever do Estado em prestar a tutela de forma eficaz, conforme aduz o autor:

E não basta à prestação jurisdicional do Estado ser eficaz. Impõe-se seja também expedita, pois é inerente ao princípio da efetividade da jurisdição que o julgamento da demanda se dê em prazo razoável, “sem dilações indevidas.”<sup>129</sup>

Nesse diapasão, resta demonstrado que para o reportado autor, a efetividade está intimamente ligada à duração razoável do processo. Portanto, retorna-se ao já debatido anteriormente, visto que não há dúvidas que o efeito suspensivo amplia o tempo de espera para a solução da demanda e, como dito, o

---

<sup>129</sup> ZAVASCKI, Teori Albino. **Antecipação da tutela**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

princípio da efetividade processual exige certa celeridade na resposta do Judiciário.<sup>130</sup>

Importante buscar a definição do princípio da efetividade processual no qual pode-se utilizar da doutrina de José Roberto dos Santos Bedaque que discorre: “Processo efetivo é aquele que, observado o equilíbrio entre os valores segurança e celeridade, proporciona às partes o resultado desejado pelo direito material.”<sup>131</sup>

Em síntese, o princípio da efetividade processual nada mais é que a garantia aos indivíduos de que o Estado prestará a tutela de forma eficiente, em que se tenha garantida a segurança jurídica, e, por conseguinte todos os meios de defesa, bem como todos os instrumentos processuais, e ainda a garantia de uma solução rápida ao conflito. Desta forma, o indivíduo não buscará resolver seus conflitos por mão própria e submeterá as lides ao Estado mantendo assim a ordem social.

Luiz Guilherme Marinoni, em seu livro “*Efetividade do processo e tutela de urgência*”, analisa o tema explicando que é dever do Estado promover a prestação jurisdicional de forma “pronta e adequada”, visto que detem o monopólio da solução dos conflitos, já que, como sabido, o Estado proibiu a autotutela.<sup>132</sup>

Desse modo, interessa transcrever sobre o assunto:

A problemática da efetividade do processo está ligada ao fator tempo, pois não são raras as vezes que a demora do processo acaba por não permitir a tutela efetiva do direito. Entretanto, se o Estado proibiu a autotutela não pode apontar o tempo como desculpa para se desonerar do grave compromisso de tutelar de forma pronta e adequada os vários casos conflitivos concretos.<sup>133</sup>

---

<sup>130</sup> Ibidem.

<sup>131</sup> BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do processo e técnica processual**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

<sup>132</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Efetividade do processo e tutela de urgência**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1994.

<sup>133</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Efetividade do processo e tutela de urgência**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1994.

Diante do conceito do princípio da efetividade processual, pode-se afirmar que o legislador, ao instituir o efeito suspensivo para o recurso de apelação, o fez com o intuito de suspender os efeitos ou seja, a eficácia da sentença proferida com vistas à garantia da segurança jurídica.

A doutrina questiona se a aplicação do efeito suspensivo em regra ao recurso de apelação é capaz de interferir na efetivação do princípio da efetividade processual e, neste ponto, debruçam-se na tentativa de harmonizar o efeito suspensivo e o princípio da efetividade.<sup>134</sup>

O fato é que a manutenção da ineficácia da sentença prorroga o tempo de espera para a efetiva solução dada ao conflito.

Fato é também que, como sustentado no capítulo anterior, para que o Estado preste uma tutela eficaz, tem de submeter o processo a determinados procedimentos, como é o caso da análise da lide pelo órgão de segundo grau para evitar-se decisões errôneas. E ainda como dito, a aplicação do efeito suspensivo que, para parte da doutrina, é necessária para a garantia de uma tutela prestada ao tempo certo em que a demanda foi submetida no mínimo ao duplo grau de jurisdição.<sup>135</sup>

A questão é evitar-se a eficácia imediata da decisão proferida, e resguardar a segurança jurídica é capaz de tornar a tutela prestada efetiva?

Há que se aclarar, neste momento o que se entende por tutela efetiva. É evidente que uma decisão desacertada e de certa forma injusta não poderá ser considerada tutela efetiva e, por outro lado, é bem verdade que a tutela prestada fora do tempo, ou seja, quando não há mais necessidade da intervenção do Estado, também não pode ser considerada tutela efetiva.

---

<sup>134</sup> A exemplo tem-se a doutrina de SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

<sup>135</sup> BERMUDEZ, Sérgio. Considerações sobre o efeito suspensivo dos recursos cíveis. **Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ**, v. 3, n. 11, p. 66, 2000.

Nesse aspecto, oportuno dizer que o efeito suspensivo, obstáculo à eficácia da sentença, poderá impedir a efetividade do processo quando a tutela for tardia a ponto de haver perecimento do direito tutelado ou, em outras palavras, a perda do objeto em virtude do tempo do processo.

Desse modo:

O decurso do tempo, todos sabem, é inevitável para a garantia plena do direito à segurança jurídica, mas é, muitas vezes, incompatível com a efetividade da jurisdição, notadamente quando o risco de perecimento do direito reclama tutela urgente.<sup>136</sup>

Fica evidenciada, portanto, a importância do debate ora levantado, visto que o Poder Judiciário, apesar dos esforços, não tem a credibilidade dos jurisdicionados, já que por diversas vezes o Estado não forneceu a tutela efetiva, eficaz e ao tempo necessário para solucionar o embate submetido a ele.

José Roberto dos Santos Bedaque, de forma severa, acredita que a solução para o embate apresentado poderá ser solucionado se houver a mitigação da segurança jurídica e tornando as decisões proferidas efetivas com brevidade. Assim discorre:

A tutela jurisdicional precisa ser efetiva. Para tanto, muitas vezes é necessário renunciar ao dogma da certeza e abrandar as garantias inerentes à segurança jurídica, a fim de evitar que o tempo deteriore a utilidade prática da tutela.<sup>137</sup>

Fato é que o Conselho Nacional de Justiça, preocupado com o acesso à justiça e com a efetividade das tutelas prestadas, elaborou um estudo intitulado “Justiça em Números” no qual analisa o Poder Judiciário do Brasil a fundo, e revela que a efetividade processual ainda está distante da realidade do judiciário brasileiro.<sup>138</sup>

---

<sup>136</sup> ZAVASCKI, Teori Albino. **Antecipação da tutela**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

<sup>137</sup> BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do processo e técnica processual**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

<sup>138</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório justiça em números 2014**: ano-base 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros/relatorios>>. Acesso em: 20 set. 2014.

Com o objetivo de reafirmar o debate em pauta e introduzir o tema do próximo capítulo, faz-se necessário utilizar-se da doutrina de Paulo Dourado de Gusmão que descreve de forma clara o conflito existente entre segurança jurídica e efetividade do processo:

A segurança, transformada em um dos fins do direito, cria uma antinomia entre as finalidades da ordem jurídica. Aí então indaga-se: o direito deve sacrificar a justiça em benefício da segurança, transformando-se na ordem legal sem correspondência com o seu conceito ideal, ou deverá sacrificar a segurança em benefício da justiça, criando um clima de insegurança e de intranquilidade?<sup>139</sup>

### **3.2 A previsão normativa no Código de Processo Civil em vigor**

Como se pode vislumbrar do capítulo anterior, todo o debate circunda a velha e conhecida disputa entre a segurança jurídica e a efetividade do processo.

Cumprе analisar, no próximo capítulo, a solução dada por alguns doutrinadores acerca da supressão do efeito suspensivo no recurso de apelação, quais são os meios hábeis para a concessão do referido efeito e a sua manipulação.

Assim, busca-se focar na análise mais individualizada do efeito suspensivo e sua aplicação prática.

#### ***3.2.1 Hipóteses legais de aplicação do efeito suspensivo, no campo da apelação: deveria o legislador estipular as hipóteses de aplicação?***

Para iniciar o presente capítulo, importante relembrar que, em regra, no sistema processual brasileiro atual, ou seja, tipificado pelo Código de Processo Civil de 1973, o recurso de apelação terá o efeito suspensivo. Sendo assim, suspende-se os efeitos imediatos da sentença prolatada.

O sistema processual brasileiro utiliza-se da aplicação do efeito suspensivo *ope legis*, ou seja, o legislador previu que a regra seria a aplicação do referido efeito a todas as sentenças que sejam alvo de recurso apelatório,

---

<sup>139</sup> GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Filosofia do direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. p. 79.

excetuando-se, como já apresentado neste trabalho, os casos do art. 520 do Código de Processo Civil.<sup>140</sup>

Dessa forma, questiona-se a escolha do legislador ao determinar que todo recurso de apelação terá o efeito suspensivo e excetuar apenas alguns casos pontuais.

Os embates doutrinários apresentados por Teresa Arruda Alvim Wambier, Cassio Scarpinella Bueno, José Roberto dos Santos Bedaque, entre outros doutrinadores contemporâneos, em relação ao tema apresentado neste trabalho são atuais e tem apresentado maior relevância após a publicação do anteprojeto do novo Código de Processo Civil.

Como dito anteriormente, parte da doutrina defende a possibilidade de manipulação do efeito suspensivo, de forma a privilegiar a execução imediata da sentença, com o objetivo de dar maior celeridade e efetividade à tutela jurisdicional, bem como a evitar-se recursos protelatórios, haja vista que independentemente de interposição de recurso a sentença tornar-se-ia exequível.

Com o propósito de apresentar a tese defendida pela doutrina que propõe a manipulação do efeito suspensivo ao recurso de apelação, oportuno trazer a doutrina de Leonardo Greco, que apesar de entender que o princípio do duplo grau de jurisdição é preceito fundamental, não relaciona o efeito suspensivo necessariamente a garantia da aplicação do princípio do duplo grau.<sup>141</sup>

Ao criticar o sistema recursal brasileiro e comentar acerca do que Leonardo Greco denomina de crise no sistema, o referido autor sugere como medida paliativa a supressão do efeito suspensivo, como regra, ao recurso de apelação, com o objetivo de diminuir a quantidade de recursos protelatórios. Senão vejamos: “Outras, por fim, podem ser eficazes no combate ao automatismo recursal e aos

---

<sup>140</sup> BRASIL. **Lei Nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>141</sup> GRECO, Leonardo. A falência do sistema de recursos. **Revista dialética de direito processual**, n. 1, p. 93-108, abr. 2003.

recursos procrastinatórios: a supressão de efeito suspensivo automático dos recursos ordinários [...]”.<sup>142</sup>

Nessa mesma esteira de entendimento, traz-se à baila o posicionamento de Ricardo de Carvalho Aprigliano que critica o sistema brasileiro no que tange à aplicação do efeito suspensivo como regra ao recurso de apelação.<sup>143</sup>

Ricardo de Carvalho Aprigliano continua sua análise afirmando que além da crítica ao recurso de apelação ter em regra o efeito suspensivo “outra característica absolutamente inadequada e ultrapassada reside na impossibilidade de o próprio juiz conferir eficácia imediata à sentença.”<sup>144</sup>

Oportuno reproduzir o texto de Ricardo de Carvalho Aprigliano a respeito do assunto: “Já nos manifestamos no sentido de que a modificação na regra geral da suspensividade da apelação é medida reclamada há tempos, antes mesmo do advento do Código de Processo Civil de 1973.”<sup>145</sup>

A doutrina que defende a supressão da regra do efeito suspensivo no recurso de apelação fundamenta sua tese no fato de que com a inovação trazida pelo instituto da antecipação da tutela, ou seja, com a possibilidade de concessão de execução provisória da decisão liminar, o Código de Processo Civil ao manter o efeito suspensivo como regra ao recurso de apelação o fez de forma contraditória com os novos institutos do processo.<sup>146</sup>

A contradição situa-se no fato de que a parte poderá ter seu pedido satisfeito em antecipação da tutela, ou seja, em cognição superficial da demanda, porém em se tratando de decisão final da lide, em que as partes tiveram a oportunidade de trazer aos autos todas as provas e elementos constitutivos,

---

<sup>142</sup> GRECO, Leonardo. A falência do sistema de recursos. **Revista dialética de direito processual**, n. 1, p. 93-108, abr. 2003.

<sup>143</sup> APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. **A apelação e seus efeitos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 312

<sup>144</sup> Ibidem, p. 312.

<sup>145</sup> Ibidem, p. 313.

<sup>146</sup> Cassio Scarpinella Bueno, Ricardo de Carvalho Aprigliano, Teresa Arruda Alvim Wambier, são alguns dos nome que defedem a supressão do efeito suspensivo, como regra, ao recurso de apelação.



extintivos ou modificativos de seu direito, em outras palavras, diante da cognição exauriente, o magistrado de primeiro grau não pode dar efetividade a sua sentença.

Ademais, sabendo-se que o Código de Processo Civil prevê no art. 520, incisos IV e VII, que o recurso de apelação no procedimento cautelar e contra sentença que declara ou confirma a antecipação da tutela não possuirá o efeito suspensivo,<sup>147</sup> a doutrina questiona a escolha do legislador que nos procedimentos mais simples, em que não há cognição plena a formar um juízo de certeza a efetividade da sentença se dá desde sua prolação, e, quando se trata de um procedimento mais complexo, que demanda análise profunda do caso, suspende-se a eficácia da decisão com a interposição do recurso de apelação.

Cumpre destacar que o procedimento comum ordinário, sendo amplo e complexo, é meio apto a se buscar a verdade dos fatos alegados. As partes dispõem de todos os meios de provas admitidos em direito, sendo, portanto, possível para o magistrado formar sua convicção.

Discorre a respeito do tema, Luiz Guilherme Marinoni, questionando a opção do legislador, ao adotar a regra da suspensividade aos recursos. Considera contraditório que nosso sistema admita a eficácia imediata na tutela antecipada, baseada na cognição sumária e, de outro lado, não permita, salvo exceções, eficácia imediata à sentença que demandou do judiciário análise profunda dos fatos e em que se buscou um juízo de certeza.<sup>148</sup>

Segundo Luiz Guilherme Marinoni:

[...] trata-se de opção evidentemente questionável, na medida em que não permite uma adequada distribuição do peso do tempo no processo de acordo com a evidência da posição jurídica sustentada pela parte. Observe-se que quem tem de suportar o tempo de

---

<sup>147</sup> BRASIL. **Lei Nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>148</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Código de processo civil comentado artigo por artigo**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 552.

tramitação do recurso é a parte que dele precisa para lograr uma situação mais vantajosa no processo.<sup>149</sup>

Cassio Scarpinella Bueno entende que, no sistema processual vigente, Código de Processo Civil de 1973, já existe a possibilidade de flexibilização do efeito suspensivo de forma mais livre ao magistrado e afirma que “ao ‘efeito suspensivo’, deve ceder espaço, consoante as peculiaridades de cada caso concreto”. Nestes termos, buscou o autor demonstrar que o sistema deve admitir que o magistrado manipule a aplicação do efeito suspensivo caso a caso, buscando a melhor aplicação do direito e dando efetividade ou suspendendo o feito sempre que necessário.<sup>150</sup>

Para atestar a afirmação acima, importante trazer à colação o texto do supramencionado autor que dispõe:

[...] o melhor entendimento é o de que cabe ao magistrado, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, modificar o efeito suspensivo abstratamente previsto pelo legislador, concedendo-o quando a lei não o previu e, inversamente, retirando-o em casos que a lei o concebeu, negando consequentemente, executividade imediata à decisão.<sup>151</sup>

A doutrina majoritária admite que no sistema processual vigente no Brasil, Código de Processo Civil de 1973, já existem possibilidades de manipulação do efeito suspensivo como se verá a seguir.

Diante da explanação e, para maior compreensão dos casos de manipulação do efeito suspensivo, apresenta-se o próximo capítulo, com o fito de melhor esclarecer as hipóteses de ocorrência da referida manipulação.

### 3.2.2 O efeito suspensivo e sua manipulação

O capítulo 2 deste trabalho apresentou o rol de situações em que o recurso de apelação será recebido somente no efeito devolutivo, elencando para

---

<sup>149</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Código de processo civil comentado artigo por artigo**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

<sup>150</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 105.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 105.

tanto, o disposto no artigo 520 do Código de Processo Civil. Ocorre que, existem outros casos, em legislação extravagante nos quais a apelação não será recebida no efeito suspensivo.

A título exemplificativo é possível apresentar os casos em que a apelação é interposta “contra sentenças proferidas nos processos regidos pelas Leis N° 8.245/1991, 9.507/1997 e 12.016/2009” em que o recurso também não será recebido no efeito suspensivo.<sup>152</sup>

Neste mesmo sentido, o recurso apelatório contra sentença proferida em ação civil pública não será recebido com efeito suspensivo.

Importante destacar que, para o presente capítulo, almeja-se demonstrar que, independentemente do caso, ou seja, tanto os tipificados no rol do art.520 do Código de Processo Civil quanto nos casos especiais em que o legislador especificou a ausência do efeito suspensivo no recurso de apelação, existe a possibilidade da concessão judicial do efeito.

Em outras palavras, toma-se a doutrina de Bernardo Pimentel que discorre:

À vista do parágrafo único do artigo 558 do Código de Processo Civil, o relator da apelação, no tribunal de segundo grau, pode conferir efeito suspensivo aos recursos apelatórios que não produzem o efeito *ex vi legis*.<sup>153</sup>

Bernardo Pimentel sustenta que tanto o Relator quanto o Juiz de primeiro grau poderão conceder judicialmente o efeito suspensivo ao recurso de apelação desprovido de tal efeito, nos casos em que houver risco de dano irreparável para a parte. Sendo assim, colaciona-se:

Por tudo, é possível concluir que o artigo 558 confere competência tanto ao juiz a quo quanto ao relator no Tribunal ad quem para a concessão do

---

<sup>152</sup> SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 273.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 274.

efeito suspensivo a qualquer apelação que, por força de lei, tenha em princípio apenas o efeito devolutivo.<sup>154</sup>

Diante da explanação, pode-se afirmar que o sistema processual vigente, Código de Processo Civil de 1973, prevê a possibilidade de manipulação do efeito suspensivo sempre que houver risco de dano irreparável para a parte e ao recurso não foi aplicado o efeito suspensivo. Em resumo, o Código de Processo Civil, permite a manipulação para aplicar o efeito suspensivo quando ele inexistente no recurso apelatório.

Araken de Assis diverge de Bernardo Pimentel quanto à possibilidade do juiz de primeiro grau conceder o efeito suspensivo no recurso de apelação que não o possui. É que, para Araken de Assis, a interpretação do artigo 558 do CPC é literal, limitando, portanto, somente a competência do Relator, figura que pertence ao juízo de segundo grau, a capacidade de conceder ou não o efeito suspensivo.<sup>155</sup>

Para o reportado autor reconhece que há um problema na competência já que o artigo não permite margem para interpretação extensiva e a parte recorrente que pretende ver suspensa a execução da sentença de primeiro grau, muitas vezes não poderá aguardar a distribuição da apelação no órgão *ad quem*, porque, provavelmente, a parte vencedora já terá iniciado o cumprimento de sentença.<sup>156</sup>

Para roborizar as considerações de Araken de Assis, insta reproduzir: “A competência para conceder o efeito suspensivo ope iudicis escapa ao órgão a quo, atribuindo-a o art. 558, caput, ao relator. Logo, não é cabível requerê-la no primeiro grau e agravar do indeferimento.”<sup>157</sup>

Superado o debate acima suscitado, retorna-se à problemática acerca da manipulação do efeito suspensivo no recurso de apelação, já que como

---

<sup>154</sup> SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 275.

<sup>155</sup> ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 463.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 464.

<sup>157</sup> BRASIL. **Lei Nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

demonstrado até o presente momento, o Código de Processo Civil limitou-se a permitir a concessão do efeito apenas quando o recurso não o possui, impedindo, por conseguinte, a possibilidade de manipulação do efeito para suspender quando ele é aplicado ao recurso.

Como dito anteriormente, a doutrina vem estudando a possibilidade da manipulação do efeito suspensivo ao revés do que é adotado pelo Código de 1973, ou seja, a doutrina analisa a possibilidade de suspender a aplicação do efeito suspensivo nos casos em que ele é aplicado em regra ao recurso de apelação.

O Código de Processo Civil de 1973, em razão do princípio da segurança e, sendo ele um sistema garantístico, prevê a possibilidade de aplicação do efeito suspensivo nos recursos que não o possuem com o fito de proteger a parte de danos irreparáveis. Resta claro, portanto, que o sistema processual em comento busca garantir o princípio da segurança nas relações jurídicas.<sup>158</sup>

De outro lado, têm-se aqueles que acreditam que o sistema deva também buscar a efetividade da prestação jurisdicional para que esta seja útil e eficaz para a parte, e, ademais, que existem casos em que o efeito suspensivo não deveria ser aplicado com o objetivo também de evitar um dano a parte, sendo este, no caso, a inutilidade da prestação jurisdicional.

Neste viés, o Código de Processo Civil prevê que, para a sentença que confirma ou que determina a antecipação da tutela não haverá efeito suspensivo ao recurso de apelação, na parte que cabe à sentença a tutela antecipatória, demonstrando-se assim determinação legislativa contrária à regra geral. Porém, trata-se aqui de manipulação do efeito de forma precária, porque, para antecipar os efeitos da tutela há que se estar presentes os requisitos autorizadores da concessão de tal medida.<sup>159</sup>

---

<sup>158</sup> ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 464.

<sup>159</sup> SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

A manipulação do efeito suspensivo, neste caso, é consequência lógica o próprio instituto da antecipação da tutela. Ademais, pode-se afirmar que é restringida já que só poderá ser aplicada aos casos tipificados no art. 273 do Código de processo Civil.

Não haveria sentido que o magistrado concedesse a antecipação dos efeitos da tutela em cognição perfunctória e, posteriormente, ao proferir a tutela definitiva em cognição exauriente, o recurso de apelação suspendesse a antecipação da tutela já deferida e analisada sob o prisma do *periculum in mora*.

Nas palavras de Teresa Wambier e José Medina:

Com efeito, se o art. 273 do CPC possibilita a realização imediata de atos executivos com fulcro em cognição sumária, com mais razão é viável a execução imediata da sentença sujeita a recurso de apelação, em que pese o literalmente disposto no art. 520 do CPC.<sup>160</sup>

Há então, formas de manipulação do efeito suspensivo, porém, como se pode visualizar, de forma ainda precária, já que não se aplica a qualquer caso e subordina-se a previsão legal para autorização de tal manipulação.

A manipulação do efeito suspensivo se dá de forma a consolidar o princípio da segurança que o Código de Processo Civil de 1973 busca assegurar. Desta forma, o Código permite que a parte solicite ao Juízo a concessão do efeito suspensivo no recurso que não o possui, e, por outro lado, quando se trata de suspender o efeito suspensivo no recurso que o possui, “não é dado ao órgão do judiciário retirar o efeito suspensivo legalmente previsto”.<sup>161</sup>

Araken de Assis, ao lecionar sobre a possibilidade de concessão do efeito suspensivo, concluiu que “só lhe cabe concedê-lo, nos casos em que a lei

---

<sup>160</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Processo civil moderno: recursos e ações autônomas de impugnação**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 121. v. 2.

<sup>161</sup> ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 274.

retirou o efeito suspensivo, sempre que existir autorização legal expressa, e sob determinadas condições”.<sup>162</sup>

No capítulo seguinte serão explanados quais instrumentos hábeis para a manipulação do efeito suspensivo, sendo necessário, neste momento, tão somente afirmar que a manipulação do efeito suspensivo existe e se dá de forma restrita e previsível.

### *3.2.3 Instrumentos hábeis à obtenção do efeito suspensivo, nos casos em que não há previsão expressa da legislação*

O sistema processual brasileiro, tipificado pelo Código de Processo Civil de 1973, prevê a possibilidade de manipulação do efeito suspensivo, como já dito anteriormente. Cumpre esclarecer aqui, por conseguinte, como se poderá manejar o aludido efeito.

Pode-se afirmar, portanto que:

O critério de fixação *ope legis* do efeito suspensivo é mitigado pelo critério *ope iudicis*, seja em virtude de disposição legal expressa, seja em decorrência de interpretação sistemática do ordenamento jurídico-processual.<sup>163</sup>

No que tange aos meios para alcançar o efeito suspensivo no recurso apelatório desprovido do aludido efeito, é importante destacar que há divergência doutrinária.

Bernardo Pimentel sustenta que “o pedido de efeito suspensivo pode ser veiculado no bojo da própria petição recursal da apelação ou, se já interposto o recurso apelatório, mediante simples petição avulsa”. O autor sustenta ainda que a

---

<sup>162</sup> ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 274.

<sup>163</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Processo civil moderno: recursos e ações autônomas de impugnação**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 121. v. 2.

parte deve provocar o juízo, sendo assim, para o autor, não há concessão do efeito suspensivo *ex officio*.<sup>164</sup>

Retomando-se o item anterior 3.2.2, pode-se concluir que Bernardo Pimentel admite que o recurso de apelação desprovido de efeito suspensivo, poderá ter a aplicação do efeito, desde que a parte interessada peticione requerendo ao juízo, e neste posto, entende que a petição poderá ser dirigida tanto ao juiz de primeira instância quanto ao relator da apelação em segunda instância.<sup>165</sup>

Quanto à concessão *ex officio*, por parte do juízo, do efeito suspensivo, Araken de Assis filia-se à doutrina de Bernardo Pimentel e sustenta no mesmo sentido, explicando que “o efeito suspensivo *ope judicis* sempre se subordina à iniciativa da parte.”<sup>166</sup> Porém, como dito a priori (item 3.2.2), o autor diverge quanto à possibilidade da parte peticionar ao juiz de primeiro grau requerendo a concessão do efeito suspensivo e, neste sentido, afirma que caberá somente ao relator do órgão de segundo grau a possibilidade de concessão do efeito solicitado.

Araken de Assis afirma que há um problema quanto à previsão da competência para conceder o efeito suspensivo no recurso de apelação desprovido de tal efeito, visto que, como dito anteriormente, diferentemente do agravo de instrumento, o recurso de apelação tem seu juízo de admissibilidade no órgão *a quo*, e sendo assim, a parte que quer dar suspensividade à decisão, muitas vezes, não poderá esperar até o processamento e distribuição do recurso, para ver a sentença suspensa.<sup>167</sup>

Nesse aspecto, o autor aponta como solução à questão, a possibilidade de interposição de agravo de instrumento, para que o relator defira a

---

<sup>164</sup> SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 274-275.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 273-275.

<sup>166</sup> ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 275.

<sup>167</sup> Ibidem, p. 465.



suspensividade ao recurso de apelação e, assim, o relator torna-se prevento para o conhecimento da apelação interposta.<sup>168</sup>

Há quem sustente ainda que tanto o juiz de primeiro grau quanto o relator no segundo grau poderão conceder o efeito suspensivo, independentemente de requerimento específico para este fim protocolado pela parte e, que caberá ao juiz analisar os casos em que há risco de dano irreparável para que o efeito seja concedido ao recurso carente de tal efeito.

Nesse sentido serve-se da doutrina de Cassio Scarpinella Bueno que aduz o seguinte:

Ao lado de um sistema legal que prevê, em determinados casos, o efeito suspensivo (*ope legis*), é absolutamente correto o entendimento de que o direito processual civil da atualidade possui um inequívoco sistema *ope judicis* - dependente, pois, da atuação concreta, caso a caso, do magistrado – de retirada e de concessão deste mesmo efeito”.<sup>169</sup>

Há ainda aqueles que sustentam que a medida adequada para alcançar o efeito suspensivo no recurso de apelação será o ajuizamento de ação cautelar, com fundamento no parágrafo único do art. 800 do Código de Processo Civil.<sup>170</sup>

Porém, quanto a esta forma de obtenção do efeito suspensivo, já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça, nos julgados dos REsp 475.508-SP<sup>171</sup> e REsp 423.214-SP,<sup>172</sup> quanto ao não cabimento da ação cautelar com o objetivo de aplicação do efeito suspensivo ao recurso de apelação que não o possui.

<sup>168</sup> ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 464.

<sup>169</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 105.

<sup>170</sup> BRASIL. **Lei N° 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>171</sup> Idem. Superior Tribunal de Justiça. 1ª Turma. **REsp 475.508/SP**. Rel.: Ministro José Delgado. São Paulo, SP, 06 fev. 2003. DJ de 10.03.2003. p. 135.

<sup>172</sup> Idem. Superior Tribunal de Justiça. 1ª Turma. **REsp 423214 SP 2002/0035076-2**. Ementa: [...] Relator: Luiz Fux. São Paulo, SP, 18 jun. 2002. DJ de 19.08.2002.

Leonardo Cunha explica que à ação cautelar proposta em sede de segundo grau, com o objetivo de aplicação do efeito suspensivo faltará interesse de agir, já que o efeito suspensivo poderá ser alcançado por meio de mera petição.<sup>173</sup>

Quanto à possibilidade de impetrar mandado de segurança para o fim de aplicar o efeito suspensivo a recurso carente de tal efeito, pode-se afirmar que não é considerado meio adequado, haja vista o texto do enunciado da Súmula 267 do STF na qual dispõe que “não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição”.<sup>174</sup>

Nesse sentido, Araken de Assis utilizando-se da doutrina de Teresa Wambier aduz que, com as inovações trazidas pela Lei nº 9.139/1995, em que o agravo de instrumento tornou-se mais célere e eficaz para tutelar situações em que houver perigo de lesão grave e de difícil reparação, “passou-se a sustentar a falta de interesse na impetração do mandado de segurança.”<sup>175</sup>

Pode-se concluir, por fim, que existem formas variadas apontadas pela doutrina para alcançar o efeito suspensivo no recurso que carece do referido efeito. Há, portanto, a possibilidade de peticionar no próprio bojo do recurso, ou quando o recurso já estiver em trâmite no Tribunal, por meio de petição simples, destinada ao Relator, como propõe Cassio Scarpinella Bueno.<sup>176</sup> Haverá ainda, como sugeriu Araken de Assis, a possibilidade de interposição de agravo de instrumento.<sup>177</sup>

Tem-se ainda a possibilidade levantada por Leonardo José Carneiro da Cunha, que apresenta o Mandado de Segurança e a Ação Cautelar como meios aptos a atingir o efeito suspensivo no recurso apelatório desprovido do efeito mencionado. O autor sustenta que, ainda que haja outros meios para alcançar o

<sup>173</sup> CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Interesse de agir na ação declaratória**. Curitiba: Juruá, 2002. p. 101.

<sup>174</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº 267**. Disponível em: <[http://www.dji.com.br/normas\\_inferiores/regimento\\_interno\\_e\\_sumula\\_stf/stf\\_0267.htm](http://www.dji.com.br/normas_inferiores/regimento_interno_e_sumula_stf/stf_0267.htm)>. Acesso em 05 out. 2014.

<sup>175</sup> WAMBIER apud ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 463.

<sup>176</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

<sup>177</sup> ASSIS, op. cit., p. 463.

objetivo da concessão do efeito suspensivo, não se poderá descartar nenhum instrumento processual.<sup>178</sup>

Diante da doutrina até o momento apresentada, é possível concluir que havendo ou não o requerimento da parte, o sistema processual admite o manejo do efeito suspensivo e, de uma forma ou de outra, apesar do que sustenta Cassio Scarpinella Bueno, não há como negar que o sistema ainda limita as hipóteses em que o magistrado poderá conceder ou suprimir o efeito e que não há previsão normativa específica que discipline qual será o meio apto a requerer tal efeito.<sup>179</sup>

### **3.3 Linhas interpretativas estabelecidas pelos tribunais brasileiros: uma análise da jurisprudência**

Com o fim de apresentar a exegese prática da jurisprudência nos Tribunais brasileiros, o presente capítulo tem como objetivo demonstrar que o tema da manipulação do efeito suspensivo no recurso de apelação é abordado nos tribunais do país e que, como dito alhures, ainda é encarado de forma restritiva e limitada a escassas decisões.

A respeito do tema, observou o Ministro Luiz Fux quanto à doutrina que propõe a supressão do efeito suspensivo ao recurso apelatório e, neste sentido:

[...] aqui e alhures, vozes abalizadas erguem-se quanto a essa postura ortodoxa de valorização do julgamento de segundo grau, preconizando uma inversão à regra, para dotar todas as decisões da efetividade, que vem emprestando a diversos países de matizes iguais ao nosso a experiência da proliferação da "não-suspensividade dos recursos", relegando-se ao julgador a avaliação da situação gerada pela decisão recorrida, para ele, então, conferir ou não efeito suspensivo[...].<sup>180</sup>

Cassio Scarpinella Bueno afirma que parte da doutrina e a jurisprudência ainda não valorizam, com a devida importância, o tema apresentado neste capítulo, qual seja a manipulação do efeito suspensivo no recurso de apelação. Ademais, afirma o autor que o "Código de Processo Civil só pode ser lido

<sup>178</sup> CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Meios processuais para concessão de efeito suspensivo a recurso que não o tem**. Disponível em: <[www.abdpc.org.br](http://www.abdpc.org.br)>. Acesso: 25 set. 2014.

<sup>179</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

<sup>180</sup> FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 247.

a partir da Constituição Federal e dos valores (princípios) que ela reserva também para o processo, dentre eles o que diz respeito mais de perto ao tema presente, o da efetividade da jurisdição”.<sup>181</sup>

Para demonstrar como os Tribunais do Brasil ainda tem visão restritiva quanto ao manejo do efeito suspensivo e que, apesar do artigo 558 do Código de Processo Civil prever a possibilidade de concessão do efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como o instituto da antecipação da tutela possibilitar a ausência do referido efeito ao recurso, não há de fato uma grande manipulação do efeito na prática forense, limitando-se os julgadores a hipóteses legais previstas no Código.<sup>182</sup>

Nesse sentido, colaciona-se a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

Ementa: AGRADO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. LIMINAR DEFERIDA APÓS SENTENÇA. COMPETÊNCIA. EFEITOS DA APELAÇÃO. CPC 520. 1. INTERPOSTO O APELO, COMPETE AO TRIBUNAL DECIDIR SOBRE MEDIDA CAUTELAR. 2. POSSUINDO A APELAÇÃO EFEITO SUSPENSIVO OPE LEGIS, NÃO PODE O JUIZ AFASTÁ-LO, MUITO MENOS APÓS TER RECEBIDO O RECURSO NO DUPLO EFEITO.<sup>183</sup>

Com o fim de explicitar o tema já abordado neste capítulo, item 3.2.2, quanto à possibilidade de concessão do efeito suspensivo pelo juízo de primeiro grau nas hipóteses do art. 520 do Código de Processo Civil, insta trazer à colação a decisão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo:

Ementa: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO POR INSTRUMENTO. APELAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO OPE LEGIS. EXCEÇÕES. INCISOS I A VII, DO ART. 520, CPC. RECURSO PROVIDO. 1. O recurso de apelação possui efeito suspensivo ope legis, conforme dicção do art. 520, caput, do

<sup>181</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. **Execução provisória e antecipação da tutela**: dinâmica do efeito suspensivo da apelação e da execução provisória: conserto para a efetividade do processo. São Paulo: Saraiva, 1999.

<sup>182</sup> BRASIL. **Lei Nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>183</sup> Idem. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. 4ª Turma. **Agravo de Instrumento: AGI 20130020148684 DF 0015719-02.2013.8.07.0000. Processo: AGI 20130020148684 DF 0015719-02.2013.8.07.0000**. Ementa: [...] Relator: Fernando Habibe. Brasília, Distrito Federa, 22 jan. 2014. DJ de 24.01.2014. p. 127.

CPC. 2. Apenas as hipóteses previstas nos incisos I a VII do art. 520, do CPC autorizam o recebimento, pelo Juiz a quo, do recurso de apelação apenas em seu efeito devolutivo. 3. A antecipação dos efeitos da tutela após a prolação da sentença apenas pode ser concedida pelo Tribunal de Justiça e nunca pelo Magistrado de primeiro grau. 4. Recurso provido.<sup>184</sup>

No que tange à concessão do efeito suspensivo ao recurso de apelação que ataca decisão denegatória em Mandado de Segurança, tema abarcado resumidamente no item 3.2.3 deste trabalho, importante trazer à baila o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. POSSIBILIDADE EM CASOS EXCEPCIONAIS. ANÁLISE DOS REQUISITOS ENSEJADORES. SÚMULA 7/STJ. 1. É pacífica a orientação do STJ no sentido de que a Apelação interposta da Sentença que denega a ordem em Mandado de Segurança deve ser recebida apenas no efeito devolutivo. Aplica-se na espécie, por analogia, o enunciado da Súmula 405/STF: "Denegado o mandado de segurança pela sentença ou no julgamento do agravo, dela interposto, fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária." 2. Em casos excepcionais, configurado o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, o STJ tem se posicionado no sentido de ser possível sustar os efeitos da medida atacada na via mandamental, até o julgamento da Apelação. 3. No entanto, afastar a decisão da Corte de origem que negou o pretendido efeito suspensivo implica revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inadmissível na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ. 4. Agravo Regimental não provido.<sup>185</sup>

Como se pode notar, a manipulação do efeito suspensivo do recurso de apelação ainda ocorre de forma tímida na prática forense. Porém, importante refletir acerca do tema, já que a proposta do novo Código de Processo Civil, Projeto de Lei 8046/2010, que tramita nas casas legislativas deste país, indica que haverá, de fato, a supressão do efeito suspensivo como regra ao recurso de apelação, sendo ele portanto, alvo de aplicação em casos excepcionais, quando o caso abranger possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação.

<sup>184</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Espírito Santo. 3ª Turma. **Agv Instrumento: ED 24079012092 ES 24079012092. Processo: ED 24079012092 ES 24079012092.** Ementa: [...] Relator: Jorge Góes Coutinho. Espírito Santo, Vitória, 29 abr. 2008. DJ de 05.06.2008.

<sup>185</sup> Idem. Superior Tribunal de Justiça. 2ª Turma. Processo **AgRg no AREsp 368657/SP. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial 2013/0218997-6.** Ementa: [...] Relator: Ministro Herman Benjamin. São Paulo, SP, 06 maio 2014. DJ de 18.06.2014.

No próximo capítulo será apresentada a proposta do novo Código e sua fundamentação teórica para que os aplicadores do direito possam refletir sobre o tema lançado e preparar-se para as inovações que serão trazidas ao processo civil.

#### **4 A VISÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A PROPOSTA DE NOVA APLICAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO NO RECURSO DE APELAÇÃO**

Encontra-se em tramitação, nas Casas Legislativas, o projeto do novo Código de Processo Civil. Na Câmara dos Deputados tramitou sob o nº PL-8046/2010 e no Senado está em trâmite sob a numeração PLS 166/2010.

O Projeto do Novo Código, em sua exposição de motivos deixa clara a preocupação do legislador em propiciar maior celeridade e efetividade às decisões do Poder Judiciário, bem como busca aproximar os jurisdicionados daqueles que prestam a jurisdição. Pode-se afirmar que o novo Código propõe mudanças, baseando-se principalmente no princípio da celeridade, instrumentalidade das formas e efetividade.

No texto de apresentação do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil é possível inferir a relevância dada à celeridade do processo nas palavras do legislador, ao demonstrar a importância da criação de um novo código afirma que “são passos fundamentais para a celeridade do Poder Judiciário, que atingem o cerne dos problemas processuais, e que possibilitarão uma justiça mais rápida e, naturalmente, mais efetiva.”<sup>186</sup>

Nesse contexto, confirma-se todo o alegado pelos doutrinadores apresentados neste trabalho, no que tange à problemática da celeridade e da efetividade das decisões do judiciário, já que não é novidade o debate acerca da morosidade do judiciário e da ineficácia de suas decisões.

Diante da importância do princípio da celeridade, cumpre trazer à colação parte do texto publicado na Exposição de Motivos do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil, no qual se afirma que “levou-se em conta o princípio da

---

<sup>186</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Anteprojeto do novo código de processo civil**. Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. Senado Federal: Brasília, 2010. p. 3. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/anteprojeto.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2014.

razoável duração do processo. Afinal, a ausência de celeridade, sob certo ângulo, é ausência de justiça”.<sup>187</sup>

Em observância aos princípios da celeridade e da efetividade, estabelece-se no Capítulo II, no artigo 925, do Projeto do novo Código de Processo Civil, a supressão do efeito suspensivo ao recurso apelatório, portanto, diante desta nova legislação, pode-se afirmar que se prioriza a execução provisória em respeito ao princípio da celeridade.<sup>188</sup>

No mesmo sentido, o Projeto do Código de Processo Civil reforça a ideia de execução imediata da sentença no artigo 908 e parágrafos. Dispõe o referido artigo que “os recursos, salvo disposição legal em sentido diverso, não impedem a eficácia da decisão”. Ademais, nos parágrafos 1º e 2º do supramencionado artigo, prevê-se a possibilidade de concessão do efeito suspensivo nos casos excepcionais e a requerimento da parte.<sup>189</sup>

Teresa Arruda Alvim Wambier explica a sistemática da concessão do efeito suspensivo no Novo Código de Processo Civil:

Criou-se uma regra especial para apelação: no caso deste recurso, o mero protocolo da petição por meio da qual se pleiteia o efeito suspensivo tem o condão de evitar a eficácia da decisão de que se recorreu, até que o relator decida a respeito. Quis-se com essa regra evitar que os efeitos irreversíveis no plano dos fatos possam ter lugar e levem à ineficiência de um futuro e provável provimento da apelação.<sup>190</sup>

Neste ponto, o legislador atentou-se a crítica elaborada pela doutrina, que há tempo apresenta a supressão do efeito suspensivo no recurso de

<sup>187</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Anteprojeto do novo código de processo civil**. Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. Senado Federal: Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/anteprojeto.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2014.

<sup>188</sup> Idem. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado, nº 166 de 2010**. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=97249](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=97249)>. Acesso em: 25 set. 2014.

<sup>189</sup> Ibidem.

<sup>190</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Recursos e rendimentos do processo. Problemas de hoje e soluções para o amanhã. **Revista de informação legislativa**, v. 48, n. 190, p. 251-262, abr./ jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/242957>>. Acesso em: 05 out. 2014.



apelação como medida que possibilitaria a maior celeridade e efetividade da prestação da tutela jurisdicional.

Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, ao comentarem a escolha dos legisladores do novo código, reafirmam que a supressão do efeito suspensivo já era proposta doutrinária e, fundamentam que a opção é medida adequada no sentido de que “o autor que já teve o seu direito declarado não pode ser prejudicado pelo tempo do recurso que serve unicamente ao réu.”<sup>191</sup>

Importante destacar que tal proposta já havia sido apresentada no PL nº 3.605/04 e sugeria o uso do efeito suspensivo *ope iudicis* em casos excepcionais. Dito isto, é possível dizer que tal solução, proposta pela doutrina, já é tema que se discute entre os legisladores mesmo antes da propositura do novo Código de Processo Civil.

Ocorre que não há unanimidade entre os doutrinadores quanto à solução apresentada. Muitos, inclusive, discordam de tal solução e, afirmam que a medida não ajudará quanto a celeridade e, que ao revés, será medida contrária à segurança jurídica e, por consequência, ao devido processo legal.

Paulo Roberto de Gouvêa Medina, em artigo publicado no próprio site do Senado Federal<sup>192</sup>, questiona a opção legislativa de supressão do efeito suspensivo do recurso apelatório dispondo que “seria temerário autorizar a execução provisória da sentença em todas as causas, ressalvadas as hipóteses em que, a critério do juiz ou do tribunal se atribuisse efeito suspensivo ao recurso interposto.”<sup>193</sup>

Importante ressaltar que, independentemente de divergência doutrinária, até o momento não houve alteração no Projeto de Lei, no que tange à modificação dos artigos 925 e 908, ambos do novo Código de Processo Civil,

---

<sup>191</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **O projeto do CPC: crítica e propostas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 178-179.

<sup>192</sup> MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Os valores celeridade processual e segurança jurídica no projeto de novo código de processo civil. **Revista de informação legislativa**, v. 48, n. 190, p. 169-177, abr./ jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/242949>>. Acesso em: 5 out. 2014.

<sup>193</sup> Ibidem, p. 169-177.

podendo-se afirmar que, entrando em vigor o novo Código, a regra do art. 520 do Código de Processo Civil de 1973, que prevê o efeito suspensivo como regra ao recurso de apelação, não será mais a prática prevista no sistema recursal.

Em outros termos, ao entrar em vigor no novo Código de Processo Civil, a apelação não terá efeito suspensivo tão logo interposta e, por consequência, a sentença será passível de execução logo após sua prolação. Portanto, diante desta nova legislação, prioriza-se a execução provisória em respeito ao princípio da celeridade e da efetividade.

Não se pode negar que a possibilidade de execução independentemente de recurso interposto trará celeridade e efetividade à tutela jurisdicional, já que a parte vitoriosa terá acesso ao imediato cumprimento da sentença. O que resta saber é se tal dispositivo proporcionará a almejada efetividade sem atingir a segurança jurídica que o Estado deve fornecer. Como dito anteriormente, ao Estado-Jurisdição cabe o dever de prestar a tutela justa, no modo e no tempo corretos.

Por fim, importa destacar que o legislador adotou a opção apresentada por parte da doutrina, buscando dar celeridade e efetividade ao processo. Ademais, o legislador entende que as mudanças propostas pelo Novo Código “tem o potencial de gerar um processo mais célere, mais justo, porque mais rente as necessidades sociais e muito menos complexo.”<sup>194</sup>

---

<sup>194</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Anteprojeto do novo código de processo civil**. Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. Senado Federal: Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/anteprojeto.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2014.

## CONCLUSÃO

Diante das explanações trazidas por este estudo e, considerando que a análise concentrou-se nos embates doutrinários acerca da melhor procedimentalização do processo civil, em especial, do sistema recursal, pode-se afirmar que o assunto aqui abordado não tem entendimento pacífico na doutrina, e, que apesar de todo o material já publicado sobre o tema, parece estar longe de haver um “acordo” entre os juristas.

Como foi dito, todos os envolvidos no processo, juiz, partes, advogados, serventuários, etc. clamam por um judiciário mais célere, com a diminuição da interposição de recursos meramente protelatórios e, ainda, com decisões justas e acertadas sobre a causa apresentada à tutela do Estado-Jurisdição.

Ocorre que os “pensadores do direito”, aqueles que questionam o sistema processual na busca de melhorias, sugerem soluções diversas sobre um mesmo assunto e apontam para lados diferentes, o que torna o trabalho ao mesmo tempo rico em conteúdo e possibilidades, porém, árduo já que há muito a se refletir.

Adentrando de fato no tema tratado nesta pesquisa, é possível perceber que o efeito suspensivo aplicado ao recurso de apelação tem grande influência sobre o curso do processo, já que a ausência dele poderá provocar a execução da sentença de primeira instância. Por outro lado, quando da aplicação dele ao recurso apelatório, a parte sucumbente só será alvo de execução após a conclusão do juízo de segundo grau.

Buscou-se apresentar de forma clara e imparcial a fundamentação dos doutrinadores. Como restou demonstrado, parte da doutrina crê que a supressão do efeito suspensivo e sua aplicação excepcional será benéfica ao sistema recursal, na medida em que desestimulará o recurso protelatório e propiciará à parte vencedora a imediata execução da sentença em seu benefício.

Em sentido diverso, há parte da doutrina que discorda veementemente com a supressão do efeito suspensivo e defende que o referido

efeito existe com o objetivo de dar maior segurança à prestação da tutela jurisdicional, já que, estando a causa submetida a dois juízos de cognição, haverá maiores chances da tutela ser prestada de forma mais justa e acertada.

O que se pode dizer de todo esse conflito doutrinário é que, independentemente do que venham sustentando, o Novo Código de Processo Civil modificou o instituto do efeito suspensivo, sendo ele agora aplicado a critério do juiz e a requerimento da parte interessada, sendo, portanto, um sistema *ope iudicis*.

É evidente que, de início, a utilização deste instituto gerará dúvidas e incertezas, talvez provocando, inclusive, um deferimento generalizado de aplicação do efeito suspensivo, já que os magistrados estão habituados a um sistema distinto e poderão ser cautelosos. É evidente também que as partes que litigam, poderão sentir-se injustiçadas por haver a execução da sentença de primeira instância sem se ter estabelecido o duplo grau de jurisdição.

A experiência que se tem hoje, no sistema brasileiro é do Juizado Especial Cível, em que o Recurso Inominado (análogo ao recurso de apelação) não possui efeito suspensivo e, por conseguinte, as sentenças proferidas nos Juizados Especiais são exequíveis de pronto. Resta saber se tal medida, aplicada de forma abrangente no sistema processual, trará todos os benefícios que o legislador do Novo Código almeja.

Em linhas gerais, pode afirmar-se que a intenção do legislador é legítima, uma vez que, como atestou o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Poder Judiciário encontra-se em total esgotamento.

O CNJ, em sua pesquisa publicada neste ano de 2014, constatou que hoje tramitam no Poder Judiciário 95 milhões de processos<sup>195</sup>, o que torna cristalina a necessidade de medidas imediatas na busca de trazer celeridade à tramitação dos processos.

---

<sup>195</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório justiça em números 2014**: ano-base 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros/relatorios>>. Acesso em: 20 set. 2014.

Em síntese, buscou-se com este estudo, entender quais são as medidas que vem sendo sugeridas e debatidas, principalmente pela doutrina, com o fim de diminuir o atravancamento dos órgãos da jurisdição e, ademais, intentou demonstrar-se aqui a preocupação com o Poder Judiciário e a dita “falência do sistema recursal”<sup>196</sup> – expressão utilizada por Leonardo Greco - já que atingem a todos da sociedade.

Feitas estas considerações, o presente trabalho permitiu as seguintes conclusões:

1. O sistema recursal brasileiro precisa de reformas para alcançar maior efetividade da prestação da tutela jurisdicional;
2. Há que se conciliar celeridade e segurança jurídica na tutela prestada pelo Poder Judiciário;
3. O efeito suspensivo aplicado ao recurso de apelação não deve ser regra absoluta, já que a sua manipulação pode trazer benefícios aos litigantes e ao próprio Estado;
4. O efeito suspensivo é ferramenta importante do sistema processual, no que tange à garantia de não se executar indevidamente uma sentença equivocada;
5. A disciplina proposta pelo Novo Código de Processo Civil admite a aplicação *ope iudicis* do efeito suspensivo.
6. Não há como garantir que a aplicação do efeito suspensivo, conforme a proposta do Novo Código de Processo Civil, proporcionará a celeridade e a efetividade almejada pela sociedade e pelos juristas.

---

<sup>196</sup> GRECO, Leonardo. A falência do sistema de recursos. **Revista dialética de direito processual**, n. 1, p. 93-108, abr. 2003.

Ao finalizar o trabalho, é possível oferecer ainda uma visão otimista e, para tanto, insta expressar aqui algumas considerações acerca da melhor procedimentalização do efeito suspensivo aplicado ao recurso de apelação, uma vez que, diante da nova disciplina do projeto do novo código, somente será aplicado em situações excepcionais e a requerimento da parte.

Considerando que todos aqueles que sucumbiram no feito buscarão a aplicação do efeito suspensivo, gerando também um grande número de petições destinadas aos tribunais com este objetivo, para tentar evitar este problema poder-se-ia limitar a possibilidade de execução provisória, no sentido de que, primeiramente, seria esta de total responsabilidade do exequente e, mais importante, submeteria a necessidade da “garantia do juízo” para proceder-se com a execução.

Em outros termos, buscando trazer maior segurança à parte que sucumbiu e que será executada, independentemente de recurso apelatório, a parte vencedora, ao iniciar a execução, somente poderia fazê-lo se garantisse em juízo a possibilidade de reversão da execução provisória.

Mesmo sabendo de toda a “aversão” à dita “garantia do juízo” e de todos os argumentos tecidos acerca do acesso à justiça, importante ressaltar que aquele que executa provisoriamente a sentença não pode se valer do erro contido na decisão proferida para beneficiar-se e executar indevidamente a parte sucumbente.

Por fim, o desenvolvimento deste estudo foi capaz de trazer uma análise crítica do sistema vigente bem como do sistema vindouro. Ademais, proporcionou a possibilidade de se analisar o instituto do efeito suspensivo com mais vagar, constatando-se ao final, a importância dele para todo o desenrolar do processo na segunda instância.

Portanto, encerra-se com o ensinamento de Rui Barbosa em seu texto *Oração aos Moços*, em que afirmou: “mas justiça atrasada não é justiça, senão

injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade.”<sup>197</sup>

---

<sup>197</sup> BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. 5. ed. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1999.

## REFERÊNCIAS

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. **A apelação e seus efeitos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino. **Prática no processo civil**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. 5. ed. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1999.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e processo**: influência do direito material sobre o processo. São Paulo: Malheiros, 1995.

\_\_\_\_\_. **Efetividade do processo e técnica processual**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BERMUDES, Sérgio. Considerações sobre o efeito suspensivo dos recursos cíveis. **Revista da escola da magistratura do estado do Rio de Janeiro - EMERJ**, v. 3, n. 11, p. 66-71, 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Anteprojeto do novo código de processo civil**. Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. Senado Federal: Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/anteprojeto.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. 1ª Turma. **REsp 423214 SP 2002/0035076-2**. Ementa: [...] Relator: Luiz Fux. São Paulo, SP, 18 jun. 2002. DJ de 19.08.2002.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. 1ª Turma. **REsp 475.508/SP**. Rel.: Ministro José Delgado. São Paulo, SP, 06 fev. 2003. DJ de 10.03.2003.



\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. 2ª Turma. Processo **AgRg no AREsp 368657/SP. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial 2013/0218997-6**. Ementa: [...] Relator: Ministro Herman Benjamin. São Paulo, SP, 06 maio 2014. DJ de 18.06.2014.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. 1ª Turma. **RE 94064/SP**. Ementa: [...] Relator: Néri da Silveira. São Paulo, 21 jun. 1982. DJ de 17.12.1982. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1451184>>. Acesso em: 15 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. 4ª Turma. Recurso Especial. **REsp 82191 / SP**. Ementa: [...] Relator: Ministro Barros Monteiro. São Paulo, 14 abr. 1997. DJ de 09.06.1997. p. 25545. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/webstj/processo/imagem/abreDocumento.asp?num\\_registro=199500655608&dt\\_publicacao=09/06/1997&desc\\_acordao=%3Cb%3ERESP%2082191%20\(1995/0065560-8%20-%2009/06/1997\)%3C/b%3E](http://www.stj.jus.br/webstj/processo/imagem/abreDocumento.asp?num_registro=199500655608&dt_publicacao=09/06/1997&desc_acordao=%3Cb%3ERESP%2082191%20(1995/0065560-8%20-%2009/06/1997)%3C/b%3E)>. Acesso em: 25 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de Pernambuco. 7ª Câmara Cível. **Agravo: AGV 2300116 PE 0002942-74.2011.8.17.0000 Processo: AGV 2300116 PE 0002942-74.2011.8.17.0000**. Ementa: [...] Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior. DJ de 26.07.2011.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. 4ª Turma. **Agravo de Instrumento: AGI 20130020148684 DF 0015719-02.2013.8.07.0000. Processo: AGI 20130020148684 DF 0015719-02.2013.8.07.0000**. Ementa: [...] Relator: Fernando Habibe. Brasília, Distrito Federal, 22 jan. 2014. DJ de 24.01.2014. p. 127.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Espírito Santo. 3ª Turma. **Agv Instrumento: ED 24079012092 ES 24079012092. Processo: ED 24079012092 ES 24079012092**. Ementa: [...] Relator: Jorge Góes Coutinho. Espírito Santo, Vitória, 29 abr. 2008. DJ de 05.06.2008.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais-técnicas de controle das decisões judiciais**. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 5.

\_\_\_\_\_. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

\_\_\_\_\_. **Execução provisória e antecipação da tutela: dinâmica do efeito suspensivo da apelação e da execução provisória: conserto para a efetividade do processo**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema de direito processual civil**. 2. ed São Paulo: Lemos e Cruz, 2004.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório justiça em números 2014**: ano-base 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros/relatorios>>. Acesso em: 20 set. 2014.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Interesse de agir na ação declaratória**. Curitiba: Juruá, 2002.

\_\_\_\_\_. **Meios processuais para concessão de efeito suspensivo a recurso que não o tem**. Disponível em: <[www.abdpc.org.br](http://www.abdpc.org.br)>. Acesso: 25 set. 2014.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

DONIZETTI, Elpídeo. **Curso didático de direito processual civil**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 247.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1.

GRECO, Leonardo. A falência do sistema de recursos. **Revista dialética de direito processual**, n. 1, p. 93-108, abr. 2003.

\_\_\_\_\_. Garantias fundamentais do processo: o processo justo. **Novos estudos jurídicos**, Ano VII, n. 14, p. 9-68, abr. 2002. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/1/2>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Filosofia do direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

JORGE, Flávio Chiem. **Teoria geral dos recursos cíveis**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel (Coor.). Três questões urgentes: desmitificação do duplo grau, execução imediata da sentença e autoridade dos precedentes (técnica da relevância da questão federal). **Revista magister de direito civil e processual civil**, n. 49, p. 13, jul./ ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Código de processo civil comentado artigo por artigo**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

\_\_\_\_\_. **O projeto do CPC**: crítica e propostas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Efetividade do processo e tutela de urgência**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1994.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Os valores celeridade processual e segurança jurídica no projeto de novo código de processo civil. **Revista de informação legislativa**, v. 48, n. 190, p. 169-177, abr./ jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/242949>>. Acesso em: 5 out. 2014.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao código de processo civil**: arts. 476 a 565. 17. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 5.

NERY JR, Nelson. **Princípios fundamentais**: teoria geral dos recursos. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

\_\_\_\_\_. **Código de processo civil comentado**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

\_\_\_\_\_. **Princípios fundamentais**: Teoria geral dos recursos. 3. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2005.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. Instrumentalidade do processo e devido processo legal. **Revista de direito processual civil**, n. 18, p. 723-732, out./ dez. 2000.

PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SANTOS, Ernane Fidelis dos. **Manual de direito processual civil**: processo de conhecimento. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 1.

SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 51. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Direito e processo**: direito processual civil: aprimoramento e modernização do Direito Processual. Rio de Janeiro: Aide, 1997. v. 5.

\_\_\_\_\_. Novos rumos do direito processual civil: efetividade da jurisdição e classificação das ações; ação executiva lato sensu, tutela de urgência. **Revista dialética de direito processual**, n. 26. p. 20-63, maio 2005.

\_\_\_\_\_. Os recursos civis e seus problemas. **Revista de direito processual civil**, n. 18, p. 688-710, out./ dez. 2000, Curitiba.

VIANA, Juvêncio Vasconcelos. Da duração razoável do processo. **Revista dialética de direito processual**, n. 34, p. 53-68, 2006.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Recursos e rendimentos do processo. Problemas de hoje e soluções para o amanhã. **Revista de informação legislativa**, v. 48, n. 190, p. 251-262, abr./ jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/242957>>. Acesso em: 05 out. 2014.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Processo civil moderno**: recursos e ações autônomas de impugnação. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 2.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Antecipação da tutela**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.